

ATA Nº7

----- **Ata da sessão ordinária, da assembleia municipal de Vagos, realizada no dia 28 de novembro de 2014.** -----

-----Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e catorze, pelas dezoito horas e trinta minutos, no salão nobre dos paços do concelho, reuniu a assembleia municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Miguel Rocha da Cruz, secretariado pela senhora Maria Helena Marques dos Santos e Victor Fernando Santos Neto, com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

-----**A – Apreciação e votação das atas das sessões de 26/09/2014.** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- **PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO DE 26 DE SETEMBRO A 24 DE NOVEMBRO DE 2014, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº 2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL 2015 – APROVAÇÃO;** -----

----- **PONTO TRÊS – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA CONTRAIR EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 400.000€ (quatrocentos mil euros) - APROVAÇÃO;** -----

-----**PONTO QUATRO – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO.** -----

----- **Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da assembleia municipal: -----

----- Juan Carlos Ferreira Martins, Manuel Marcelino Santos Manangão, Maria da Graça Matias Gadelho, José Augusto Ferreira Martins, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Marco Aurélio Lourenço Martins, e Liliana dos Santos Barreira, eleitos na lista do PSD. -----

----- Mário Castelhana, César Manuel da Silva Grave, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Diana Marques Santos, Óscar Ferreira Pascoal e António Bastião eleitos na lista do CDS-PP. ---

----- António Carlos da Cruz Maia, Mário Batista Tarenta e Carla Filipa Ferreira Gouveia eleitos na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores presidentes das juntas de freguesia assim distribuídos: Luís Fernando Dias Oliveira, presidente da junta de freguesia de Calvão; Albano Jesus Gonçalves, presidente da junta de freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, presidente da junta de freguesia de Gafanha da Boa Hora; Maria Fernanda de Jesus Almeida Oliveira, presidente da junta de

freguesia de Ouca; Fernando José Silva Vieira, presidente da junta de freguesia de Soza e Fernando Julião, presidente da junta de freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Apresentou pedido de substituição o senhor deputado Silvério de Jesus Rua, presidente da junta de freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina substituído por Cláudio Curto. -----

----- Faltaram à presente sessão a senhora deputada Ana Paula Mourão Branco. -----

----- Da câmara municipal estiveram presentes os seguintes membros: o presidente da câmara municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, e os vereadores senhor João Paulo Sousa Gonçalves, senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhora Maria Dulcília Martins Sereno, senhora Maria do Céu Pereira Sarabando Marques e senhor João Manuel da Cruz Domingues. -----

----- **A – Apreciação e votação da ata da sessão de 26/09/2014.** -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal submeteu a votação a ata da sessão realizada no dia 26 de setembro de 2014 tendo a mesma sido aprovada **por unanimidade.** -----

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da assembleia municipal, no período compreendido entre 26 de setembro e 28 de novembro de 2014. O senhor presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. -----

----- **C- Justificação de faltas.** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do regimento da assembleia municipal de Vagos, o senhor presidente informou o órgão deliberativo que a mesa da assembleia municipal justifica a falta dada pela senhora deputada Ana Paula Mourão Branco, à sessão de hoje. -----

----- Seguidamente o senhor presidente da mesa deu início ao período antes da ordem de trabalhos. ----

----- **D – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- O senhor deputado Mário Castelhana pediu e usou da palavra para colocar três questões ao senhor presidente da câmara. A primeira questão prende-se com o Centro Escolar de Fonte de Angeão, ou seja, quis saber quem deu ordens para abrir este estabelecimento de ensino nas condições em que o foi, ou melhor, quem é que deu a informação que o Centro Escolar estava preparado para receber os alunos. A segunda questão tem a ver com o Canal de Mira, isto é, e não sabendo se o senhor presidente tem conhecimento ou não, o presidente da Câmara Municipal de Mira mandou fazer a limpeza, drenagem e alargamento do Canal de Mira. O senhor deputado adiantou, ainda, de que está limpo até ao Cais do Moliço e, neste momento, está a chegar para montante à Casa do Frei Gil. O senhor deputado falou com alguém que está a coordenar as operações que lhe informou de que vão levar aquilo até ao Bico das Flores, também na Praia de Mira. Assim sendo, perguntou qual é o ponto de situação na área do Município de Vagos e porque razão é que não incluiu o Canal de Mira, pelo menos, até à Ponte do Areão, porque eles deixam aquilo a uns trezentos ou quatrocentos metros e isto não é bom para Vagos. Entretanto, deixou uma sugestão, ou seja, se fosse ainda possível, se houver intervenção do senhor presidente, tentar resolver esta questão que traria vantagens para todos, quer a Mira quer a Vagos. A terceira questão tem a ver com a transparência municipal e perguntou quando é que o executivo

apresenta a esta assembleia o plano de transparência e combate contra a corrupção. Que medidas ou ações é que já foram desenvolvidas, até à data, para reforçar a transparência e o combate contra a corrupção municipal. Entretanto, aproveitou para informar de que o CDS está disponível, e o senhor deputado pessoalmente, para ajudar a elaborar, se não foi elaborado ainda, este plano. Isto, porque o senhor deputado ouviu há dias alguns indicadores sobre o índice de transparência municipal e isso despertou o seu interesse levando-o a fazer algumas consultas e verificou que o concelho de Oliveira do Bairro, do distrito de Aveiro, está em primeiro lugar ocupando o décimo quinto lugar do *ranking* nacional e que Vagos está para além do meio da tabela nacional, no lugar 180. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado Óscar Pascoal e começou por apresentar um elogio, na pessoa do senhor presidente, ao evento da 4ª Gala do Desporto onde os atletas do concelho de Vagos foram dos mais medalhados, designadamente o Colégio de Calvão e os Grecas. Este foi um evento muito honroso para o Concelho de Vagos. A segunda questão tem a ver com a questão, já levantada na sessão passada, dos animais abandonados e reconhecendo que deve ter sido feito um grande esforço, uma vez que não se tem verificado tantos animais pelas estradas. Contudo fez uma pequena chamada de atenção sobre os serviços veterinários pois o senhor deputado dirigiu-se aos mesmos para colocar uma questão sobre o abandono dos gatos e não apreciou muito a forma como foi recebido. A questão que colocou foi se, eventualmente, esses animais podem ser recolhidos e esterilizados e voltar a colocá-los na rua ao que até à data não obteve resposta. Aliás, o que lhe foi dito na altura é que esses serviços devem ser executados pelas clínicas. O facto é que esses animais, normalmente, são abandonados. A terceira questão prende-se com a biblioteca, ou seja, em que ponto estão as obras. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado António Bastião e referiu-se à questão da Florivagos, aqui falada na última sessão, e reparou com agrado que o jornal O Ponto deu destaque ao tema, assim como o jornal da Bairrada que fez mesmo uma retrospectiva minuciosa ao tema. Verificou, ainda, com agrado muita expectativa por parte da população em relação ao regresso desta feira mas, no entanto, verificou que no orçamento para o próximo ano não está contemplado qualquer valor para a realização desta feira, tendo em consideração que este tipo de eventos dinamiza a economia e promove o crescimento, exemplificando com as recentes feiras realizadas nas freguesias. Para os empresários vaguenses a concretização da Florivagos seria uma mais-valia não só na divulgação dos seus produtos como na formatação de alguns negócios o que obviamente teria reflexo nos postos de trabalho existentes e nos que por ventura se poderiam vir a criar. Na opinião do senhor deputado o calendário das festas poderia dar uma trilogia interessante: a vertente religiosa, a vertente da animação e a vertente cultural e económica. Tendo em conta a resposta afirmativa do senhor presidente na última sessão a este tema quis saber quais são os planos que estão em marcha e para quando. -----

----- A senhora deputada Diana Santos pediu e usou da palavra e voltou a fazer referência ao estado das estradas no concelho de Vagos que em todas as freguesias se encontram em péssimo estado e, agora, cada vez piores com o aumento da chuva. Os pontões estão péssimos e as estradas que ficaram por cima da A17 péssimas. Na rua onde vive a senhora deputada existe um cruzamento que mais parece uma “piscina olímpica”, porque o tamanho daquele buraco dá para tudo menos para circular. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor Fernando Vieira, presidente da Junta de Freguesia de Soza, e referiu que frequentemente pessoas se dirigem a ele questionando-o sobre a praça do centro da vila e sobre um possível estacionamento falado há cerca de um ano. As pessoas interrogam-se se isso vai avante ou não e o senhor Fernando gostaria de saber para de alguma forma poder esclarecer as pessoas quando estas o abordarem sobre o assunto. Outra questão que referiu prende-se com a questão das águas pluviais, que são em demasia este ano, e nas juntas de freguesia a maior parte das vezes nem se sabe bem com se proceder porque na maior parte dos casos diz respeito a valas hidráulicas que deviam ser limpas pelos hidráulicos ou pelos confinantes o que não acontece. A realidade é que esta situação causa outros problemas. O senhor presidente da câmara e os senhores vereadores estiveram no local e verificaram os problemas mais graves e o senhor Fernando gostaria de saber se já foram tomadas algumas providências, ou se vão ser tomadas, ou se tem de ser a Junta de Freguesia a resolver a situação de alguma maneira. A terceira pergunta que colocou prende-se com o abastecimento do gás à zona industrial pois parece que estão a surgir alguns problemas que terão a ver com os rasgos e com as valas efetuadas pela empresa. A questão, propriamente dita, vem no sentido de saber se a câmara municipal de alguma forma tem acautelada a reparação dos problemas que vão surgindo ou se quando o empreiteiro terminar a obra estes ficam por resolver. -----

----- De seguida usou da palavra a senhora deputada Carla Gouveia que solicitou autorização para colocar duas questões, não ao executivo, mas aos deputados do PSD que foram eleitos para representar a Autarquia de Vagos na CIRA. A primeira prende-se com o facto de saber se estiveram presentes na Conferência da Apresentação da Estratégia Regional 2014-2020, intitulada “*Região Cidade Inteligente*”, que decorreu na Universidade de Aveiro, no passado dia 16 de outubro de 2014. Se estiveram presentes a senhora deputada gostaria de saber informação relativa ao assunto. A segunda questão refere-se ao conteúdo que irão defender na próxima assembleia da CIRA, na próxima 2ª feira, nomeadamente referente a três aspetos muito importantes a serem discutidos: a terceira revisão orçamental de 2014; aos compromissos plurianuais e ao orçamento 2015. -----

----- Entretanto, usou da palavra o senhor deputado Juan Carlos Martins e começou por responder à senhora deputada Carla Gouveia. Assim sendo, referiu que não esteve presente nessa reunião, não deixando manifestar o total desagrado pela hora que marcam estas coisas, porque felizmente trabalha e não é profissional da CIRA, mas teve conhecimento daquilo que lá se passou. Quanto à estratégia Vagos irá defender a sua e provavelmente na próxima reunião ir-se-á manifestar e indicar aquilo que se irá defender. Quanto à intervenção o senhor Juan Carlos quis deixar ao executivo municipal uma palavra relativa à importância da obra da ria, na ligação Vagueira/Costa Nova, nomeadamente para o turismo, para o concelho e para as praias. O senhor deputado fez, ainda, referência ao Centro Escolar de Fonte de Angeão e disse não ter dúvidas de quem é que deu a ordem de abertura do mesmo, e, na sua opinião, muito bem, porque, aparentemente, havia muitas forças que não queriam que o Estabelecimento de ensino abrisse no dia vinte outubro e fizeram tudo, e o senhor Juan Carlos fala com conhecimento de causa, para que isso não acontecesse. O senhor deputado deixou aqui os parabéns pela decisão que tomou e não tem dúvidas nenhuma que as crianças estão muito melhor do que aquilo que estavam, pela qualidade do Centro, pela satisfação do agrupamento de Escolas, com quem tem

estado em permanente contacto, pela maneira como está a decorrer este um mês e qualquer coisa de aulas e pela qualidade de tudo o que está a ser feito. O senhor deputado sabe que há quem queira muito que corra mal e que há quem continue a falar daquela obra como sendo uma desgraça para as crianças e para os professores. Para quem tem intervenção direta no Centro Escolar, como é o caso do senhor Juan Carlos, discorda completamente destas opiniões e voltou a referir que está a falar com conhecimento de causa. -----

----- De seguida interveio o senhor deputado José Augusto Martins e começou por saudar o Município pela vinda do senhor Primeiro Ministro a Vagos, num momento alto para esta terra, acompanhado por diversas entidades, também bastante importantes, para que o desenvolvimento do concelho seja uma constante. A seguir saudar o início das obras que fazem a ligação do Boco à Quintã que era uma das grandes preocupações das pessoas que por ali passam, porque era uma estrada que estava a criar bastante perigo. Relativamente à Gala do Desporto, já aqui referida, realizada no Município de Vagos, o que é de louvar, e à entrega de prémios lembrou que o Município de Vagos foi galardoado com o Prémio do Desporto pela organização do evento. O senhor deputado partilhou uma preocupação, porque é de Soza, que se prende com uma entrevista do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soza publicada no jornal O Ponto onde estava escrito que não era recebido pelo Presidente da Câmara. A ser verdade o que leu, obviamente, ficou preocupado e gostaria de ser esclarecido, porque não é pelo facto da Junta de Freguesia ser de outro partido, que não o da maioria da câmara municipal, que se deve ter esse tipo de comportamento. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado César Grave que deixou algumas questões ao senhor presidente da câmara: ponto de situação do programa POLIS, nomeadamente a Quinta do Ega? Após a apresentação do QCIRA, Quadro Comunitário 2014-2020, onde está Vagos, nomeadamente na área das acessibilidades quando é uma área privilegiada deste mesmo quadro, estando excluída a ligação da ZIV à A25? Qual o resultado da visita à Assembleia da República da comitiva deste executivo sobre o acesso da Riablades à A17, uma vez que ainda está numa forma provisória? -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas pelos senhores deputados. Assim sendo, relativamente ao Centro Escolar da Fonte de Angeão a decisão de abertura é da responsabilidade da Câmara Municipal e do Agrupamento de Escolas, como não poderia deixar de ser. Há duas semanas houve uma reunião com o Agrupamento de Escolas e as preocupações que transmitiu foram as mesmas já levantadas no Conselho Geral onde está um dos docentes desse Centro escolar. De facto a conclusão que se chega é que há uma ou outra coisa para corrigir como em qualquer obra. Tem havido uma ou outra coisa que tem sido corrigida mas do ponto de vista geral, quer na relação com a Associação de Pais, quer com o Agrupamento de Escolas, quer no Conselho Geral a opinião é totalmente contrária à do senhor deputado Mário Castelhana, e ainda bem porque as coisas estão a correr bem embora haja necessidade de limar algumas arestas e que estão a ser limadas. Há uma situação que não foi do agrado da Câmara Municipal, do Agrupamento de Escolas e da Associação de Pais, e que já aqui foi referida, e que foi o facto de o Centro Escolar não tivesse aberto no início do ano escolar. Não foi possível, fizeram-se as alterações todas necessárias e abriu no dia vinte de outubro com grande qualidade para o ensino das crianças. Em relação ao Canal de Mira o senhor presidente

desconhece essa situação e a única que conhece tem a ver com uma limpeza de valas que anda a ser feita pelos militares do regimento de Engenharia de Espinho à par com uma outra intervenção que está a ser feita, também, pelos mesmos militares que é a limpeza de aceiros e arrifes na mata florestal nacional. O senhor presidente deslocou-se esta semana ao local, entre Lomba e Calvão, com as senhoras eng.^{as} do ICNF e com o senhor Comandante Operacional Municipal e verificou que já iniciaram a limpeza de aceiros e arrifes no Concelho de Vagos. Entretanto, há um outro protocolo/acordo entre a Câmara de Mira e o Ministério da Defesa para a limpeza de valas. O senhor presidente incumbiu os serviços de perceber qual era a possibilidade de eles virem fazer o mesmo serviço ao Concelho de Vagos, até porque já há um levantamento feito das valas que necessitam de ser limpas. A perspetiva era eventualmente candidatar ao próximo Quadro Comunitário de Apoios mas se houver possibilidade de fazer por esta via ir-se-á tentar todos os esforços e intentar todas as démarches necessárias para que os militares possam vir fazer a limpeza das valas no Concelho de Vagos. Muito diferente é a dragagem do Canal de Mira e a dragagem do rio Boco tal como a dragagem de todos os Canais da Ria de Aveiro que é um projeto que estava no âmbito da POLIS, sendo um dos projetos mais importantes. Neste momento, está-se a terminar o estudo de impacto ambiental, ou seja, já não se conseguirá no âmbito deste Quadro Comunitário de Apoios, no âmbito deste contrato de Sociedade POLIS que existe neste momento em exercício fazer essa dragagem dos Canais que é fundamental e estratégico para esta região. Contudo, fica-se com uma ferramenta importante, ou seja, se ficar concluído, neste espaço de tempo, o estudo de impacto ambiental haverá possibilidades de eventualmente haver outra POLIS ou outra intervenção do género se possa levar a cabo essa dragagem do Canal de Mira e do Rio Boco. Relativamente às transparências das contas municipais a câmara Municipal já tem, há cerca de quatro anos, o plano de combate à corrupção que é enviado para as entidades a que está obrigada. A questão da transparência municipal, e remetendo para uma notícia que surgiu há pouco tempo, sobre o índice de transparência municipal, a informação tem a ver os dados disponibilizados no *site*. A Câmara Municipal, apesar de não ter havido nenhuma alteração ao *site* neste ano, foi surpreendida com alguns dos resultados, sendo que no ano passado teve um determinado valor e este ano teve outro. O senhor presidente não pode aprofundar se isso teve a ver com a classificação comparativa com outros municípios mas achou estranho uma vez que a informação é exatamente a mesma e este ano o Município de Vagos teve uma classificação diferente da do ano passado. De todas as formas como se está a proceder à alteração do *site* uma das medidas a serem tomadas é precisamente ter a informação toda, que essas entidades procuram, devidamente condensado num espaço para que os resultados sejam mais fáceis de ver. De resto, a informação hoje é exatamente a mesma que existiam há um ano atrás e a classificação foi muito melhor que a que se teve este ano. Portanto, o senhor presidente julga que isso terá a ver com o termo comparativo com outros municípios. No que diz respeito à 4ª Gala do Desporto o Município de Vagos também foi distinguido com a alta distinção pelo trabalho que tem feito nesta área do desporto. A questão dos animais abandonados e esterilização própria há uma legislação própria relativamente à recolha de animais abandonados e ao tratamento que lhes deve ser dado. O Município de Vagos, neste momento, tem um protocolo com o canil de Ílhavo, e, na lógica do bom aproveitamento dos recursos partilha os serviços da veterinária municipal e esta agilização é muito boa. A legislação prevê não a

esterilização e colocar os animais na via pública mas prevê um fim que é o abate. A Câmara tem tido o cuidado de deixar ultrapassar em muito os prazos dados para que o animal seja abatido. De todas as formas o que se tem feito é promover a adoção dos animais recolhidos. Outra coisa diferente é o trabalho que é desenvolvido em conjunto com a Gaticão que está neste momento a promover a vacinação dos animais, a colocação dos chips e as campanhas de esterilização mas que como se sabe são caras e, portanto, os recursos são sempre escassos. A Gaticão está a promover esta campanha no sentido de diminuir este problema que é os animais abandonados, sendo certo que estes não surgem abandonados por acaso e sim porque alguém os abandona. Este é um combate que a câmara municipal quer promover embora seja bastante difícil de o fazer. Sobre a biblioteca está agendada já a reunião para a receção provisória da obra para o mês de dezembro que será feita se, obviamente, se verificar se estão reunidas condições para que tal aconteça. Por outro lado a câmara municipal viu aprovada uma reprogramação financeira para a biblioteca que prevê a comparticipação de 85% das despesas que se vão ter com o fundo documental, ou seja, livros e DVDs no valor de cento e cinquenta mil euros, e o equipamento informático e o equipamento mobiliário necessário para a biblioteca. Portanto, dos cerca de trezentos mil euros que se vão gastar nestas três vertentes conseguiu-se 85% de financiamento e isso levará a que a biblioteca não possa abrir no imediato mas terá que aguardar que sejam feitos esses procedimentos que têm de ser feitos de acordo com a lei, o código da contratação pública. O senhor presidente pensa que no primeiro trimestre de 2015 a biblioteca esteja concluída e aberta à população. Relativamente às questões levantadas pelo senhor deputado António Bastião mais concretamente à Florivagos é intenção do executivo retomá-la, que não será de certeza com este nome mas que visa promover o comércio e a indústria no Concelho de Vagos. Aliás, a feira não é o único meio de o fazer e houve a oportunidade, ainda, na última 2ª feira de fazer uma promoção do Concelho com a vinda do senhor Primeiro Ministro a Vagos, que visitou três grandes empresas instaladas em Vagos. É objetivo do executivo até ao final do mandato, se houver disponibilidades financeiras para isso, avançar com um evento do género da Florivagos. Relativamente ao estado das estradas no Concelho o senhor presidente já disse por diversas vezes que é uma das grandes pechas que se tem e infelizmente tem de se agir por prioridades. Ainda agora se avançou com uma obra, a ligação do Boco à Quintã, que era um perigo e sempre que chovia havia lá dezenas de acidentes. No entanto, está previsto cerca de um milhão e meio de euros no orçamento para 2015 para essa rubrica específica. As vias principais, que necessitam de requalificação, são obras extremamente caras e há duas situações principais: uma é a estrada que liga Rines a Sanchequias, outra é a Rua M.C. da Rocha, mais conhecida por Rua dos Cardais e a outra é a Rua que liga Salgueiro ao Fontão e que tem a continuação até Covão do Lobo passando por Santa Catarina e Ouca. Estas três vias são obras bastante caras e a câmara vai fazendo as pavimentações que pode. Uma das estradas que a câmara municipal repavimentou, recentemente, aquele bocado do estradão de Calvão que estava muito degradado. Em relação à Praça do Centro da Vila, embora a sugestão do CDS-PP para o orçamento municipal 2015 não fosse essa, o CDS-PP entendeu nas suas propostas que não se deveria fazer essa intervenção, a Câmara municipal irá proceder a essa intervenção. O concurso público vai ser lançado para a próxima semana. Como o senhor presidente já referiu, anteriormente, teve que haver um recuo porque houve umas necessidades que foram

identificadas na altura e por isso não estavam previstas no projeto inicial. A questão das águas pluviais é um problema muito sério, e cada vez mais, até porque as águas pluviais provocam problemas nas estradas. Os senhores Presidentes de Junta têm sido informados de que não se pode colocar manilhas em todo o lado, porque a drenagem de águas pluviais também implica que elas, em alguns sítios, façam a drenagem natural pelos terrenos. Quantas mais condutas de águas pluviais se colocarem mais se agrava o problema, e o senhor Fernando Vieira sabe que é intenção da Câmara Municipal resolver, em breve, um problema deste género em Soza. As águas pluviais foram depositadas no terreno e agora não há quem queira que as águas pluviais passem pelo seu próprio terreno e terá de se resolver a situação e, obviamente, a câmara conta com a colaboração da Junta de Freguesia. E, depois, ainda há outro problema, que vem entroncar em tudo aquilo que o senhor Presidente referiu há pouco sobre os militares, que é falta de limpeza das chamadas valas matrizes que conduziam a água e há valas em que a água não passa. Os arrifes e os aceiros no meio da floresta, alguns deles, são autênticas “*piscinas olímpicas*” e isso quer dizer que essas águas não fazem o circuito normal. Por isso, é importante a limpeza das valas e o levantamento já está feito, há algum tempo, e agora vão tentar-se duas hipóteses: A primeira será conseguir a disponibilidade dos militares para fazer a limpeza; a segunda será eventualmente, candidatar a Fundos Comunitários para que se possa ver financiado um trabalho que é bastante caro e que há uns anos atrás não se colocava porque as pessoas limpavam e existia a figura do guarda-rios que estimava e procurava obrigar os proprietários a limpar e estes também eram parte interessada porque precisavam de regadio e iam abrindo e limpando as valas à sua porta. Hoje, isso infelizmente não acontece e, portanto, existe um problema que tem de ser resolvido mas que requer um investimento muito grande. Portanto, se for possível uma candidatura, ótimo, se for possível os militares fazerem esse trabalho seria igualmente ótimo. Relativamente à questão da instalação da rede de gás a empresa tem andado a fazer algumas reparações, embora o tempo também não ajude muito, e, obviamente, a câmara irá procurar assegurar junto da Lusitânia Gás, que é entidade que pediu autorização, se a reposição do pavimento será feita nas melhores condições. Relativamente à Conferência *Região Cidade Inteligente*, que também teve a participação do senhor Presidente da Câmara, estava inserida na comemoração do dia da Região de Aveiro, que teve início no Concelho de Vagos, com um almoço, depois seguiu-se para Aveiro, onde se realizaram uma série de atividades, e terminou com um concerto da Filarmónica das Beiras no Quartel das Artes em Oliveira do Bairro. A Conferência foi bastante positiva e no fundo transmite todo aquele trabalho que anda a ser feito no âmbito regional, nomeadamente na preparação do próximo Quadro Comunitário de Apoios. No que respeita às obras da POLIS sem dúvida que são importantes e para além da obra que foi inaugurada recentemente o senhor Presidente referiu outra que tem sido de capital importância que é a obras de Reforço do Cordão Dunar entre Mira e a Costa Nova que felizmente já foi retomada pelo empreiteiro. Esta obra foi fundamental porque no ano passado com as intempéries que se abateram sobre o país ao qual o Município de Vagos não foi alheio tendo a praia desta zona tido um comportamento bastante aceitável e não houve os problemas que se havia tido em anos anteriores e isso deveu-se, sobretudo, à grande intervenção que foi feita no âmbito do programa POLIS. Este foi um programa fundamental para a Região, foi pena não se ter ido a tempo de levar a cabo a dragagem dos Canais da Ria de Aveiro.

Sobre as questões com o Presidente da Junta de Freguesia de Soza, levantadas por este na comunicação social, o senhor Presidente da Câmara teve oportunidade de conversar com ele aquando da rota das freguesias e foram esclarecidos alguns pontos. O senhor Fernando Vieira sabe que sempre que precisar de falar com o Presidente da Câmara entra em contacto telefónico com a câmara, até porque nunca abordou a necessidade de agendar uma reunião formal e, portanto, isso nunca aconteceu, mas sempre que é necessário têm falado. Entretanto, após este equívoco, as coisas estão esclarecidas e irão retomar a relação de anteriormente existente. Relativamente às obras do programa POLIS nomeadamente a Quinta do EGA, o empreiteiro fez um pedido de prorrogação do prazo que o Conselho de Administração da POLIS, que tem um representante dos municípios, um representante do ICNF e um representante da APA, decidiu aceitar. As obras continuam a decorrer e, ainda bem que o empreiteiro ainda está por cá porque na Quinta do EGA, onde as obras já estão praticamente concluídas, deparou-se com uma situação neste inverno que deixou alguma preocupação e que tem a ver com a drenagem de águas pluviais e que se espera que o empreiteiro resolva antes de sair da obra. Em relação à questão do acesso à Riablades, levantada pelo senhor deputado César Grave, obviamente que foi um dos assuntos falados e solicitados ao senhor Primeiro Ministro para que fique resolvido o quanto antes. Aliás, o senhor deputado também poderá fazer as diligências necessárias junto do senhor Ministro da Economia que até é do CDS-PP. Relativamente aos acessos da zona industrial no QCIRA o senhor deputado procurou no documento errado e por isso não encontrou a informação pretendida, porque o QCIRA não fala de obras concretas e sim de uma estratégia. Se procurar no Plano Intermunicipal de Transportes da Região de Aveiro – PIMTRA – pode lá encontrar como prioridade quer a ligação da A17 à zona industrial de Vagos quer a ligação da zona industrial de Vagos à zona industrial da Mota e à A25, ou seja, numa única obra, absolutamente estratégica, e para a qual o senhor presidente contou com o excelente contributo do senhor Presidente da Câmara de Ílhavo. Esta colaboração entre Ílhavo e Vagos foi fundamental para que esta obra fosse considerada como uma das primeiras prioridades. -----

----- Entretanto, o senhor deputado Mário Castelhana pediu para voltar a usar da palavra para esclarecer algumas questões que colocou que lhe pareceu não terem sido bem interpretadas. A primeira tem a ver com o Centro Escolar de Fonte de Angeão, ou seja, o que perguntou foi porque é que não abriu no início do ano escolar e não foi nada relacionado nem com a aprendizagem nem com a qualidade de ensino e sim com o estabelecimento. Não devem ser feitas insinuações a dizer que alguém não queria que abrisse para terem razão e sugeriu que fosse feito um inquérito para averiguar quem é que não estava de acordo que o Centro Escolar de Fonte de Angeão fosse aberto no início do ano escolar. A questão que se coloca é porque é que ele não abriu no início do ano escolar e quem e que deu a informação para que tal não acontecesse e desse aquela “*trapalhada*” e isto é que não pode acontecer. Há com certeza aqui técnicos que se atravessaram e deram a informação errada à Câmara Municipal ou ao Ministério da Educação “*enganando tudo e todos*”, o que não pode acontecer. Sobre a avaliação da qualidade do ensino e dos professores o senhor deputado não se pronuncia porque não tem essa competência. Relativamente à segunda questão esclareceu que o Canal de Mira não são valas, isto é, eles andam mesmo a limpar e drenar o Canal até ao Cais do Moliço do Areão, e convidou o senhor presidente da câmara e a comunicação social a passar por lá para verem com os próprios olhos.

Neste momento, estão a chegar, e o senhor deputado testemunhou isso, à Casa do Frei Gil, indo na direção de montante para montante e vão levar isto até ao Bico das Flores. Portanto, o Canal está limpo e drenado e não é uma simples limpeza de valas e é de lamentar que o executivo camarário não esteja informado desta situação. Em relação ao “portal da transparência” o que o senhor deputado quis dizer é a Câmara Municipal deveria realmente ter um Portal da Transparência. Quando isto “vem a tona” as coisas mudam e é preciso acompanhar a evolução dos tempos e o senhor deputado disponibilizou-se para ajudar na recolha da informação que é necessária para estar neste Portal. Esta questão do combate à corrupção é transversal à Europa, neste momento, e não é só a Portugal, não é só à Região de Aveiro e não é só ao Município de Vagos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara retomou a palavra e começou por esclarecer que não fez qualquer insinuação, a única coisa que fez foi ter respondido à questão que o senhor deputado Mário Castelhana colocou, embora, pelos vistos, não a tenha entendido à primeira. Assim sendo, responde agora com maior clareza, ou seja, quem deu as instruções a dizer que o ano letivo iria começar no Centro Escolar da Fonte de Angeão foi obviamente o Agrupamento de Escolas de Vagos e a Câmara Municipal de Vagos e ponto final, sobre isso não há qualquer dúvida. Aliás, foi promovida uma visita em junho com o Agrupamento de Escolas, com os professores, que iam lá ficar, e com as IPSS's e o piso estava bom. Ainda bem que nessa delegação ia um vereador, embora não fosse nessa qualidade, o senhor eng.º Mário Martins na qualidade de Presidente da Direção de uma IPSS, ia a comissão política do PCP, na figura do Prof. Alexandre Loff, e iam outras pessoas e todos puderam verificar que o piso estava bom. Entretanto, depois dessa visita, passado pouco tempo o piso levantou e não havia condições para as aulas começarem, e é tão simples quanto isto. Foi dada indicação na plataforma, nos meios que o Agrupamento de Escolas tem, do encerramento daquela quantidade de Escolas para abrir o ano escolar, e o ano escolar, por força desta situação, o levantamento do piso, não pode abrir e fizeram-se os trabalhos necessários para iniciar o mais rápido possível e abriu no dia vinte de outubro. Sobre o Portal da Transparência Municipal, ou as questões da transparência referidas pelo senhor deputado, existe, neste momento, um Portal do Governo que põe a claro os vários índices município por município. Esse sim é oficial, aquele que o senhor Presidente falou há pouco não é oficial mas é credível e, portanto, sendo credível tem também de se melhorar o que se pode melhorar e vai ser melhorado, com certeza. Aliás, essas indicações já foram dadas ao serviço de informática para que na reabilitação do novo site possa estar esse conjunto de informação. Quanto à questão de conhecer a realidade do território de Mira o senhor presidente referiu que foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Vagos e é com este Concelho que se tem de preocupar e Mira nem sequer faz parte da Região de Aveiro, porque se fizesse era mais fácil esta articulação. O senhor Presidente tem uma interação muito grande com o Presidente da Câmara Municipal de Mira mas, também, não conhece tudo aquilo que lá se faz e a situação aqui relatada pelo senhor Mário Castelhana não tinha conhecimento. O que conhece é a questão da limpeza de valas que estão a fazer em conjunto com o Ministério da Defesa. Entretanto, já se procurou saber quais são os termos e como é que se pode articular e se houver disponibilidade por parte do Ministério da Defesa ir-se-á fazer a mesma intervenção no Concelho de Vagos. -----

----- Entretanto, voltou a usar da palavra a senhora deputada Carla Gouveia para referir que não podia deixar de comentar à resposta do deputado Juan Carlos Martins à questão levantada pelo grupo municipal do PS. No seu entender o senhor deputado respondeu numa perspetiva muito individual e o que se pretendia era uma resposta mais coletiva. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que vai responder à questão, porque também ele é representante do Município da Assembleia Intermunicipal. Quanto ao QCIRA a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal de Vagos participaram na construção da mesma. Como o senhor Presidente da Câmara bem disse existem dois documentos distintos: o primeiro é a estratégia e o acordo de parceria e o segundo é a inscrição nos respetivos eixos do conjunto de obras que a Câmara Municipal entenda promover, nesses eixos, até ao limite financeiro negociado. E, portanto, a estratégia que foi avançada no QCIRA foi partilhada com a Câmara Municipal e com a Assembleia Municipal e prosseguida por esta Câmara e, no entender do senhor Presidente da Assembleia Municipal, muito bem. Quanto à apresentação, propriamente dita, ela vai decorrer em todos os municípios, em Vagos será em março de 2015, e depois todos terão oportunidade de partilhar dessa estratégia. Relativamente ao orçamento 2015, aos compromissos plurianuais e ao plano de atividades, e não quer com isto dizer que os deputados da Assembleia Intermunicipal sejam subalternos da Câmara Municipal, a estratégia é definida, no orçamento da CIRA, pelas Câmaras Municipais. Portanto, presume-se que quase todos os deputados da Assembleia Intermunicipal partilharão aquilo que os seus Presidentes de Câmara terão concertado e negociado para esse orçamento municipal. O senhor Presidente está certo de que os deputados da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal partilharão aquilo que foi o trabalho do senhor Presidente da Câmara na construção desse documento. Entretanto, o senhor presidente da Assembleia informou os presentes de que o grupo municipal do CDS-PP deu entrada a um requerimento que deve ser votado já e pode, se aprovado pela Assembleia Municipal, ser discutido e ser introduzido na ordem de trabalhos e poderá, se assim for aceite, ser discutido e aprovado, ou não, como último ponto da ordem de trabalhos. A proposta que aqui foi apresentada diz o seguinte: *“Tendo em consideração a proposta de Aditamento a Lei do Orçamento de Estado para 2015, relativamente ao IMI, subscrita pelos líderes das bancadas da maioria PSD/CDS, já aprovada; tendo em consideração que esta alteração ao OE é mais uma medida pró-família de apoio às famílias com dependentes a cargo, que permite introduzir maior justiça na aplicação deste imposto; tendo em consideração também que à semelhança do princípio do quociente familiar a aplicar no IRS, esta medida respeitando a autonomia das autarquias locais, permite aos municípios fixar uma redução da taxa de IMI em função do agregado familiar, ou seja, ponderando o número de dependentes; e, finalmente, tendo em consideração que segundo a versão do executivo, o endividamento da autarquia está controlado, logo não é afetada com a aplicação desta medida; vem o CDS propor a vossas excelências a aprovação da seguinte proposta em anexo. Proposta de Lei nº 254/XII (Lei do Orçamento do Estado para 2015) – Proposta de Aditamento: Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados apresentam a seguinte proposta de aditamento à Proposta de Lei nº 254/XII: CAPÍTULO XIV – Impostos Locais/SECÇÃO I-A – imposto Municipal sobre Imóveis, artigo 198.º-A alteração ao Código do imposto Municipal sobre Imóveis: o artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo*

Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro, passa a ter a seguinte redação: Artigo 112º ... 13 Os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, podem fixar uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com a seguinte tabela: um dependente a cargo - redução de taxa até 10%; dois dependentes a cargo - redução de taxa de 15%; três dependentes a cargo – redução de taxa até 20%. 14 - (Anterior nº 13); 15 – Anterior nº 14); 16 – (Anterior nº 15); 17 – (Anterior nº 16). Palácio de São Bento, 14 de novembro de 2014, os deputados dos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP, Luís Montenegro e Nuno Magalhães.” O requerimento, com a proposta, irá fixar anexo à presente ata. -----

----- Entretanto, inscreveu-se para discutir a aceitação ou não desta proposta, em sede de ordem de trabalhos, o senhor deputado Juan Carlos Martins e referiu que pretende explicar o sentido de voto do grupo municipal do PSD e porquê. O PSD vai votar contra esta proposta porque entendeu que é uma medida de propaganda, e diz isto porque houve contacto entre os grupos municipais do PSD e do CDS-PP no sentido de apresentarem a proposta em conjunto. O senhor deputado foi ver o pormenor dessa proposta e entendeu que é fora do tempo porque está-se a apresentar uma proposta em relação ao orçamento de Estado de 2015 que nem sequer está publicado e que entra em vigor, o decreto-lei, em um de janeiro de 2015. É uma medida de redução do IMI, que no ponto de vista do senhor Juan Carlos, bastante positiva. A proposta é positiva só que é fora de tempo e essa redução só se sentirá nos bolsos das famílias em 2016, ou seja, isso é uma redução do IMI para 2015 com o pagamento diferido para 2016. Portanto, estar em 2014 a propor uma coisa que não está publicada e que só entra em vigor no dia um de janeiro de 2015 não faz sentido nenhum. Esta é a posição do PSD. -----

----- O senhor deputado Mário Castelhana pediu para usar da palavra para esclarecer que o que está em causa é, precisamente, uma proposta ao aditamento ao orçamento de Estado 2015. Esta proposta já vem no sentido, e foi apresentada pelos deputados da maioria que sustenta o Governo de Portugal, PSD e CDS-PP, na Assembleia da República para 2015, e o IMI que se vai pagar em 2015 ser relativo a 2014, do orçamento de 2015. Este orçamento é sustentado pela receita do IMI que é relativo ao ano de 2014, do orçamento de Estado 2015, para 2015, e as receitas de 2015 ainda não estão cobradas e não serão cobradas em 2016 e sim em 2015, de acordo com a legislação em vigor e a lei de orçamento que há de ser publicada. O que houve aqui foi uma preocupação dos partidos da maioria, precisamente, a minimizar o impacto do IMI ao retirar-lhe a cláusula de salvaguarda, porque o IMI que vem no próximo ano vai ser um “desastre” para a maioria das famílias deste Município porque é uma sobrecarga exagerada e todos sabem que estão a pagar demais. O que está aqui em causa é precisamente uma sensibilidade, e muito bem, dos deputados que sustentam a maioria para que as famílias, sobretudo as mais numerosas, e a proposta que está em cima da mesa visa, fundamentalmente, dar à Câmara Municipal, através da Assembleia Municipal, que é o órgão competente, de poder fazer uma redução da taxa de IMI no próximo ano de acordo com a proposta apresentada na Assembleia da República. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta usou da palavra e referiu que percebeu que o PSD não precisa do texto da proposta porque, pelo que percebeu, existiram já negociações, mas o grupo municipal do PS

precisa, uma vez que não teve conhecimento da proposta apresentada. Não se pode pronunciar sem ter conhecimento do teor da proposta. O senhor deputado verificou que a proposta apresentada é uma cópia da proposta de aditamento à proposta de lei da Assembleia da República, em papel timbrado da Assembleia da República e solicitou a proposta completa apresentada pelo grupo municipal do CDS-PP.

----- O senhor Presidente da Mesa referiu que o que tem é um requerimento que lhe vai fazer chegar. –

----- O senhor deputado Mário Tarenta analisou o requerimento e depois referiu que esta é a Assembleia Municipal de Vagos é não a Assembleia da República e as coisas entre o PSD e o CDS-PP cá em baixo não estão tão bem como lá em cima mas de qualquer forma, devidamente elucidado sobre o texto apresentado e sobre a alteração inclusa no orçamento de Estado para 2015, secunda inteiramente a posição que o CDS-PP apresenta à discussão. -----

----- O senhor Presidente da Mesa informou de que cumpre à Assembleia Municipal deliberar, e quando delibera sobre a fixação de taxas e impostos convém que o faça de acordo com a lei em vigor. Entretanto, chamou à atenção que a lei do orçamento de Estado, aprovada na Assembleia da República, ainda não entrou em vigor. Assim sendo, esta assembleia deverá só deliberar depois da lei do orçamento de Estado ser eficaz, ou seja, esta proposta parece, neste preciso momento, extemporânea. Dito isto, a admissão da proposta, para efeitos de discussão e aprovação, foi colocada a votação tendo a mesma sido **rejeitada por maioria**, com os votos contra do grupo municipal do PSD e do senhor deputado Filipe Mendonça Ramos e os votos a favor dos grupos municipais do CDS-PP e do PS. -----

----- **E – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto um da ordem de trabalhos à discussão da assembleia: -----

----- **PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO DE 26 SETEMBRO A 24 DE NOVEMBRO DE 2014, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº 2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- Neste ponto o senhor presidente da câmara municipal usou da palavra para chamar à atenção para três pontos importantes. O primeiro é convidar todos a visitarem o “Mercado Solidário” que vai realizar-se nos dias vinte e nove e trinta de novembro e um de dezembro, estando agendada a abertura para dia vinte e nove às dezasseis horas. A segunda é que, e nesta informação não consta, já foi realizada a primeira reunião do Conselho Municipal da Juventude. E a terceira é para informar de que nesta informação aparece o relatório do Revisor Oficial de Contas até trinta de junho de dois mil e catorze. -----

----- Entretanto, pediu para usar da palavra o senhor deputado Juan Carlos Martins para realçar a questão do documento da empresa do Revisor Oficial de Contas que é um documento de apoio à assembleia Municipal interessante com alguns pormenores que os técnicos da Câmara podem aproveitar. O senhor Juan Carlos realçou, ainda, e para que não fiquem dúvidas de tantas vezes que se levanta a questão, se o PAEL está incluído ou não está, que neste documento está plasmado a dívida a trinta de junho de dois mil e catorze, catorze milhões novecentos e cinquenta e um quinhentos e vinte e nove euros. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado Mário Castelhana para questionar o senhor presidente relativamente ao ponto um, deste documento: obras públicas – adjudicação de obras. “*Estas infraestruturas da Parcela B do Parque empresarial de Soza porquê a Câmara Municipal e não a MAIS VAGOS?*”. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado António Bastião e solicitou um esclarecimento relativamente aos subsídios atribuídos, particularmente às associações desportivas, visto existir uma oscilação de valores, e o que perguntou foi quais os critérios para atribuição dos mesmos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas pelos senhores deputados. Relativamente ao Parque Empresarial de Soza é a Câmara Municipal a tratar por se tratar de uma Parcela e não de uma operação de loteamento e depois porque se trata de um compromisso assumido pela Câmara Municipal, em tempos, e que o executivo secundou para que o investimento viesse para o Concelho de Vagos. Aliás, o senhor Mário Castelhana em tempos, aqui numa Assembleia Municipal referiu que era uma prioridade. Em relação à questão do senhor deputado António Bastião, os critérios de atribuição de subsídios são definidos nos Regulamentos de Atribuição de Subsídios, um na área do desporto e outro na área da cultura, que a Câmara Municipal tem neste momento e que foram aprovados pela Assembleia Municipal. Os critérios foram definidos e são objetivos e ainda há bem pouco tempo ocorreu uma situação, levantada pelos senhores vereadores da oposição, em que foi retirada uma proposta de atribuição de subsídios para verificar se todos os critérios, subjacentes à atribuição, estavam cumpridos ou não. Hoje, não é possível acontecer que um clube receba só “*pela cara do Presidente da Associação*”, ou seja, há critérios objetivos que têm de ser, rigorosamente, cumpridos, e houve um trabalho de pesquisa muito acentuado por parte dos serviços de desporto, e quando se atribui um subsídio é sempre secundado num parecer técnico e os políticos só têm de se pronunciar à priori, aquando da aprovação da tabela. Essa tabela que terá de ser revista porque, entretanto, houve algumas alterações, e o que a tabela representa, sinteticamente, é os custos de cada uma das diversas modalidades e procura ir ao encontro daquilo que são os custos das modalidades. Agora, o senhor António Bastião tem de entender que nem todos os clubes desenvolvem a mesma atividade e, por isso, nem todos os clubes podem receber o mesmo, porque assim não existia o critério do mérito evidenciado na grelha do Regulamento. É diferente ter um escalão ou oito escalões, porque o trabalho é diferente e o custo das inscrições é diferente e tudo isto tem de ser tido em conta na atribuição dos subsídios. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor presidente da assembleia informou de que o senhor presidente da câmara solicitou à mesa a alteração dos pontos da ordem de trabalho, ou seja, o ponto três passar a ponto dois e vice-versa. A alteração foi aceite e o ponto dois da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 19 de novembro de 2014, foi submetido à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO DOIS – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA CONTRAIR EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 400.000€ (quatrocentos mil euros) - APROVAÇÃO;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara e referiu que verificou, quando estava a analisar os documentos para a Assembleia Municipal, que não faziam parte as propostas apresentadas por todas as entidades bancárias, e só constava o contrato da proposta que foi aprovada, mas pediu que fossem entregues. O senhor Presidente fez questão de entregar também a análise das propostas até porque foi possível, desta vez, que cinco bancos apresentassem propostas. A proposta mais vantajosa para o Município foi a do Banco BPI, com um *spread* de 1,6%, ou seja, menos de metade do *spread* do ano passado no empréstimo que foi aprovado com a Caixa Geral de Depósitos. A aprovação deste empréstimo servirá, como tem sido hábito, para apoio à tesouraria. -----

----- O senhor deputado Mário Castelhana pediu para usar da palavra e referiu que vai ter que dizer algo sobre esta matéria até por uma questão de coerência com o que disse no ano passado sobre o mesmo assunto. Não é que vá votar contra mas a questão que se coloca aqui é simples, ou seja, o senhor deputado compreende perfeitamente a necessidade de se recorrer ao empréstimo mas tudo indica que as receitas vão aumentar substancialmente, e têm aumentado, através da brutal carga fiscal que foi imposta às famílias. É evidente que para o município e acreditando na informação que tem, de que reduziram a dívida em quase quatro milhões, e com tanta poupança num período tão curto de tempo, ou andou tudo muito mal anteriormente, ou isto está a andar bem demais temporariamente, só temporariamente. O senhor deputado fica um pouco baralhado com estas duas informações que parecem contraditórias, embora já tenha percebido que é mais uma conta caucionada que mais nada que só funciona com as necessidades do executivo o que de certo modo veio a desagregar. Assim sendo, o senhor Mário Castelhana pediu ao senhor Presidente da Câmara que a Divisão Financeira da Câmara Municipal, numa próxima oportunidade, faça um planeamento financeiro mais adequado às necessidades do executivo. E isto porquê? Porque isto quer se queira quer não os juros em encargos, embora sejam mais reduzidos que no ano anterior, são isso mesmo um encargo e inviabiliza que haja uma certa poupança para investimento naquele programa para dois mil e vinte que anda para aí a chegar. O senhor deputado sabe que há uma boa notícia aliada a esse programa ou nessa parceria já estabelecida se é que pode, efetivamente, pagar despesa à data de janeiro de dois e catorze e a lei também só agora foi publicada. Portanto, está-se num país que tudo é possível. O senhor Mário Castelhana entende que este empréstimo, em que o CDS-PP vai votar favoravelmente, é muito importante porque está em causa dinheiro que ainda não foi pago aos fornecedores e àqueles que são credores do município e que também têm famílias e encargos para resolver. -----

----- O senhor Presidente da Câmara retomou a palavra e referiu que a situação está a melhorar mas ainda não é boa e o senhor deputado nunca o ouviu dizer que se reduziram os quatro milhões de euros num ano, isso seria um verdadeiro milagre. As coisas mudaram, principalmente a partir de 2010 e a Câmara viu-se ressarcida de várias receitas. A receita que o senhor deputado diz que aumentou brutalmente não aumenta, e a verdade está nos números. O que aumenta é receita de IMI mas em contrapartida viu ao longo destes anos todos diminuída a receitas das transferências do Estado. Se o senhor deputado reparar as transferências de Estado de capital, hoje, são irrisórias. Portanto, o que foi feito de forma a compensar os municípios foi-lhes retirado logo a seguir. Aliás, muito em breve uma das receitas que terá grandes possibilidades de deixa de existir é a do IMT e os municípios não serão

compensados com mais esse corte na receita. E, também, não é verdade que foi por força da câmara municipal que os impostos aumentaram. Os impostos aumentaram por uma decisão do Governo num processo de reavaliação de imóveis e a câmara até desceu para o mínimo, isto é, estava no meio da tabela, que ia de 0,2 a 0,4, com 0,3. Entretanto, a tabela mudou de 0,3 para 0,5 e a câmara manteve os 0,3 e não foi para o meio da tabela como estava anteriormente. Até a própria tabela de cobrança de IMI foi alterada, neste período, ou seja, o que aconteceu foi que de facto houve necessidade de reduzir algumas das rubricas e como tal teve de se estabelecer prioridades. A prioridade neste período foi acabar uma série de obras financiadas por fundos comunitários e os Centros Escolares tiveram, efetivamente, uma taxa de comparticipação de cerca de 60%, ou seja, do custo total a câmara recebeu 60%. Do custo ilegível recebeu 85% mas depois há todos aqueles custos que não são ilegíveis e, portanto, do ponto de vista financeiro recebeu-se, mais coisa menos coisa, cerca de 60% referente às obras dos centros escolares. Mas ainda bem que recebeu porque a câmara bateu, no ano de 2013, todos os recordes de execução dos fundos comunitários. A Câmara executou mais nesse ano do que no conjunto dos anos de mil novecentos e noventa e três mil novecentos e noventa e sete mil novecentos e noventa e sete dois mil e um, onde o senhor deputado em noventa e três a noventa e sete, era porta-voz do PSD e o executivo era do CDS. De acordo com relatório do revisor oficial de contas que diz que a câmara ainda não cumpriu, em 2014, os níveis de endividamento da nova lei, que também mudaram, e, de acordo com o orçamento de Estado para 2015, tem um ano de transição, ou seja, neste ano mesmo que não se consiga cumprir este limite de endividamento a autarquia não é penalizada por isso, só o será em 2015 se não cumprir. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor presidente da mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 31 de outubro de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO TRÊS – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL 2015 – APROVAÇÃO;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara e referiu que sobre o plano plurianual de investimentos e o orçamento para 2015 a Câmara, mais uma vez, procurou fazê-lo e desenvolvê-lo em conjunto e sobretudo em cumprimento de todos os diplomas legais que regem este tipo de documento, nomeadamente: os cumprimentos das regras do POCAL; no que diz respeito ao cálculo das receitas; o cumprimento da lei das finanças locais; o cumprimento do regime jurídico da autarquias locais; o estatuto do direito da oposição; os dados conhecidos da proposta do orçamento de Estado para 2015; o plano de ajustamento financeiro aprovado na altura da adesão do Município ao PAEL; a execução do orçamento municipal, ou seja, os níveis de execução do orçamento 2014 e a lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso. Esta introdução é importante porque hoje em dia a lei das finanças locais obriga a ter execuções superiores a 85%, e isto porque esta lei diz que o Município não pode ter em dois anos consecutivas execuções orçamentais a 85%, ou seja, como não se vai conseguir ultrapassar esse valor

no ano corrente no ano seguinte tem de se cumprir obrigatoriamente o limite dos 85%, ou melhor ultrapassar a barreira dos 85%. Por isso, a câmara municipal, com os cálculos que fez e com todo o trabalho executado, chegou à conclusão que o orçamento global para 2015 não podia ser superior ao valor encontrado e que foi de dezassete milhões cento e setenta e cinco mil e noventa e nove euros. Tendo em conta todas as condicionantes e várias situações que irão ser referidas a seguir, nomeadamente aquilo que foi transmitido pelo senhor Primeiro Ministro, na segunda-feira, e que foi o facto de ainda não haver regulamentos dos fundos comunitários aprovados. Portanto, não se poderia contabilizar do lado da receita aquilo que não se sabe se pode ser executado, porque simplesmente não há, neste momento, regulamentos aprovados. Por outro lado a rubrica, que é sempre tão comentada nesta Assembleia Municipal, onde a Câmara Municipal no ano passado colocou um milhão e trezentos mil euros da venda dos lotes do Plano de Pormenor da Boa Hora porque a Assembleia Municipal tinha deliberado fazer-se esta venda. Se havia a decisão da Assembleia Municipal havia a obrigação de colocar os lotes à venda, assim se fez, e infelizmente esse concurso ficou deserto, ninguém apresentou propostas para a aquisição dos lotes mas a Câmara fez aquilo que era a sua obrigação. Sobre a evolução global do orçamento como se pode ver a Câmara vinha estabilizando os orçamentos na casa do vinte e quatro milhões desde 2010 e como no ano de 2013 houve a execução do PAEL e limpou-se uma série de dívida que ia transitando de orçamento e a Câmara pode estabilizar os valores em 2014 e 2015 na ordem dos dezassete/dezoito milhões de euros. E este será, do ponto de vista da normalidade, o valor que o Município de Vagos pode atingir em termos orçamentais, excetuando os anos em que o Município se candidatar a fundos comunitários e possa do lado das receitas de capital, dos fundos comunitários, dar um salto significativo no que aos valores diz respeito. Portanto, se houver um aumento dos fundos comunitários é possível que se consiga obter um valor do orçamento mais elevado. Entretanto, fez-se também um esforço, neste orçamento, para que aquelas rubricas, que os senhores deputados questionam sempre, os *outros* e rubricas que são mais difíceis de explicar mas muitas das vezes as regras do POCAL impedem que se faça isto de maneira diferente, possam ser claras. Como se pode verificar do lado da despesa, quando aparece o mapa de orçamento da despesa, existem duas colunas sendo uma o valor imputável e outra o valor não imputável, ou seja, quando se faz referência ao valor imputável parte desse valor está imputável a dois planos: ao plano de atividade municipal e ao plano plurianual de investimentos. A Câmara quis, também, retomar aquilo que já foi feito há uns anos atrás que é o plano de atividade municipal e isto porque uma questão que se coloca sempre é a previsão das atividades que se vão realizar no ano seguinte. Realmente, é sempre feita a previsão das obras, no que diz respeito ao plano plurianual de investimentos, mas não se tem feito a previsão das atividades. Este ano houve também a possibilidade de dar a conhecer esse mapa com as atividades, pelo menos aquelas que são mais relevantes, que o Município irá procurar realizar durante o ano de 2015, ver por rubrica qual o valor que cada uma dessas atividades vai consumir e depois fazer-se a ligação ao orçamento da despesa. Como se pode verificar, é possível na coluna verbas imputáveis ao plano verificar que no somatório das rubricas que estão previstas no plano de atividades municipal. Isto não é fácil de explicar mas é mais fácil de entender quando se vêem os documentos. Por exemplo, estão incluídos no plano de atividades municipal cem mil euros para projetos e planos de ordenamento e

depois é possível verificar que esse valor faz um *link* direto com uma rúbrica do orçamento da despesa que é a *estudos, pareceres, projetos e consultoria*, ou seja, o número desta rúbrica é 020214 e no plano de atividade municipal é igual. A intenção ao fazer isto foi a de diminuir as questões que os senhores deputados colocam que tem a ver com a rúbrica *outros*. Ainda assim, podem verificar que há cem mil euros que não estão imputáveis a nenhum plano e isto pode ter duas razões: ou é dívida que transita do orçamento de 2014 ou para ter alguma margem para algum estudo que possa aparecer durante o ano de 2015, como por exemplo, o estudo que está a ser feito em conjunto com a universidade de Aveiro que ainda não foi faturado mas que o será logo que eles deem os primeiros passos e apresentarem os primeiros resultados. O pagamento desse serviço sairá, com certeza, desta rúbrica e, portanto, é necessário ter aqui um “*bolo*” mais global para isso possa acontecer se não depois pode acontecer não ter rúbrica no orçamento para cabimentar determinadas despesas. Entretanto, existe aqui um comparativo da evolução global da despesa corrente em comparação com o valor do orçamento. Pode verificar-se que no lado da despesa corrente existe um ligeiro aumento que se deve sobretudo ao aumento das despesas com pessoal. Estas despesas com pessoal e o facto que está subjacente a este aumento deve-se essencialmente a três razões e todas elas com um peso diferente: Por um lado há as despesas provocadas pelo aumento do ordenado mínimo, uma vez que existem alguns funcionários nesta situação; Por outro lado há a reposição de 20% dos cortes que foram feitos; por outro lado há uma rubrica de oitenta mil euros para, previsivelmente, se puder utilizar naqueles acordos de rescisão amigável, que neste momento é uma ferramenta que as autarquias dispõem para que em conjunto com os funcionários de puderem chegar a um acordo de rescisão amigável e que obviamente terá de ser remunerado. Do lado das despesas de capital também houve uma estabilização, nos sete milhões oito milhões, e são as previstas para o ano de 2015. O ano de 2015 no que diz respeito às transferências de capital incide sobretudo em algumas obras que continuam a decorrer, nomeadamente a Defesa Aderente da Praia Vagueira onde se conta, para a semana, ter três empreitadas a decorrer: Requalificação da Zona de Defesa Aderente; construção dos passadiços até à Praia do Labrego e a Norte a POLIS com Empreitada da Ria de Aveiro; e a obra junto ao Bar Casablanca que é comparticipada a 100% pela APA e que irá promover a Requalificação da Defesa Aderente que abateu e do Esporão da Vagueira que está com algumas pedras importantes das pedras que existiam. Há aqui um valor muito importante nas despesas de capital que tem a ver precisamente com a requalificação das estradas acessibilidades e que no ano de 2015 se irá dedicar uma atenção especial a esse particular. Do lado das despesas correntes, com já foi referido, em 2010, fruto dos primeiros cortes, houve um acréscimo muito grande, verificando-se em 2011 esse corte substancial, e em 2012 também ligeiramente, e depois tem-se vindo numa ligeira curva crescente, sobretudo porque nas transferências do FEF houve uma maior equivalência entre as transferências correntes e de capital passaram a ser sobretudo transferência de capital. Como se pode verificar, mais à frente, as receitas de capital em 2015 sofreram este decréscimo porque delas faziam parte os fundos de comunitários e o recurso ao PAEL. No ano de 2014 já se verificou uma diminuição porque a grande utilização dos fundo comunitários foram no ano de 2013. As transferências de capital diminuíram também e ainda se verificou cerca de um milhão e trezentos mil euros da venda dos terrenos do Plano de Pormenor da Gafanha da Boa Hora. Em 2015

essas receitas de capital caem sobretudo por essa diferença, porque não está aqui prevista a venda dos terrenos embora seja intenção deste executivo voltar a colocar à venda aquele património. Tudo isto leva a uma conclusão que será a de transferir receita corrente para investimento de capital, porque existe uma diferença de cerca de três milhões e quatrocentos mil euros entre a receita de capital e a despesa de capital, ou seja, a despesa de capital é três milhões e quatrocentos mil euros maior do que a receita de capital. Não se podem transferir receitas de capital para despesa corrente o que se pode e deve fazer é, até por esta questão do aumento das transferências correntes do FEF, transferir receita corrente para despesa de capital, e é isso que se tem vindo a fazer. A despesa corrente foi sofrendo ao longo destes anos uma queda e este ano sofre esse ligeiro aumento sobretudo pelos factos já referidos sendo certo que do lado da aquisição de bens e serviços continua-se a diminuir este valor, ou seja, passou de quatro milhões setecentos e trinta e cinco mil euros em 2014 para quatro milhões quatrocentos e oitenta e sete mil euros em 2015. Tudo isto se deve, sobretudo, a um esforço grande do lado da despesa, isto, procurou-se centralizar o esforço na redução e não no aumento da receita, porque o aumento da receita implicava aquilo que ninguém gosta que é o aumento da carga fiscal dos munícipes. Portanto, como a câmara não caiu nessa tentação e como, felizmente, com o delinear do Programa de Apoio à Economia Local o executivo não foi obrigado a aumentar nomeadamente o IMI teve de se fazer esse esforço do lado da aquisição de bens e serviços. Nos custos com a iluminação pública verifica-se um aumento no valor que teve a ver com a subida do IVA, ou seja, a taxa do IVA passou de 6% para 23% daí a subida. Contudo, a câmara continua com o esforço de redução e ainda há pouco tempo voltou a pressionar a EDP e segundo informação da mesma já iniciaram esses trabalhos para que se possa aumentar este esforço de redução dos consumos da iluminação pública embora com um cuidado muito grande para não condicionar qualquer transtorno à população. Neste caso a câmara municipal podia fazer uma coisa muito simples, que é o que os outros municípios fazem, que é cortar a iluminação pública uma hora antes, e foram instalados relógios astronómicos em quase todos os PT's que permitem que as luminárias desliguem ao nascer do sol. A Câmara Municipal de Vagos tem, neste momento, a luz a desligar quinze minutos antes porque assim já há iluminação suficiente. Por outro lado na limpeza e higiene depois daquele valor de um milhão de euros em 2013, que se deveu ao acordo com a SIMRIA com um valor residual para perfazer e, neste momento, existe valor a receber e valor a pagar a esta entidade. Nesta rubrica está também, e sobretudo aqui, a despesa com a ERSUC respeitante ao pagamento do tratamento dos resíduos sólidos urbanos. A rubrica respeitante à publicidade sofreu um aumento porque existe associado, e foi partilhado em sede de Câmara Municipal, a necessidade de ao promover a marca do Município de Vagos de se ter de apostar, claramente, na divulgação. Na vigilância e segurança, também, se verificou um aumento porque esta é uma questão que preocupa o executivo, porque já por diversas vezes que as casas de banho públicas são completamente destruídas fruto de atos de vandalismo sem qualquer classificação e por isso tem de se apostar na colocação de circuitos de vídeo vigilância em alguns locais. Nas freguesias o aumento, em 2015, deve-se obviamente aos acordos de execução de transferências de competências. Na educação e ambiente o senhor presidente salientou que o valor apresentado não é um desinvestimento nestas áreas o que acontece é que a dívida que transita é menor e, portanto, não existe necessidade de ter um valor tão grande na rubrica e consegue-

se facilmente cabimentar as despesas nesta área. A questão do apoio social é justificada, também, com algumas das clarificações feitas no plano de atividade municipal que irá ser falado mais à frente. No caso do desporto há um aumento muito devido aquilo que se está a executar, ou seja, os sintéticos em Ponte de Vagos, Parada de Cima e Soza. Na ação social o valor é respeitante aos compromissos assumidos com algumas instituições, sobretudo com os bombeiros. Relativamente às IPSS's o que a Câmara Municipal irá fazer, ainda este anos, é a definição dos acordos, que vão ser efetivados em reunião de Câmara, que têm a ver com os pagamentos dos protocolos, assinados em tempos, por forma a serem cumpridos. A Câmara já começou a cumprir os acordos que tinha com as IPSS's tendo pago uma parte substancial durante o ano de 2014, num esforço financeiro muito grande por parte do município, e irá durante o ano de 2015 continuar esse esforço de dar cumprimento com estas entidades. Em relação ao plano de atividades municipal o executivo procurou fazer uma análise exaustiva de todas as atividades que se vão desenvolver durante o ano de 2015. Há uma série de atividades que são continuação daquilo que se foi fazendo ao longo destes últimos anos, como por exemplo o Vagos OPEN AIR que é um evento importante para Vagos e para a região. Aliás, a câmara está, neste momento, perto de um acordo com o Turismo do Centro de Portugal para que também possa ajudar a financiar este evento. Neste documento, também, faz parte um evento que foi realizado somente este ano mas que teve um impacto muito positivo que foi o mundial de *All Styles* e que o executivo procurará desenvolver e levar a cabo, novamente, durante o ano de 2015. Entretanto, também, são incluídos alguns eventos novos, tais como: as marchas populares, que são um momento importante na cultura e na preservação daquilo que são os valores vaguenses; as singularidades; as Festas do Município, onde se vai ter de acertar quais os moldes para a apoio a prestar. Neste documento estão ainda referidos os programas de apoio social na área da educação e da ação social. No apoio às famílias e no apoio social estão incluídas verbas que também são importantes que muitas vezes têm a ver com apoios como rendas e construção que não são valores significativos mas do ponto de vista do agregado familiar, que a autarquia auxilia, têm muito significado e muita importância. Entretanto existem, também, algumas atividades na área turística como o *Portugal "O" Meeting* que é um evento que a autarquia vai levar a cabo em parceria com o concelho de Mira e que é um evento de cariz mundial de orientação. Neste documento vêm, ainda, referidos: os protocolos de transferência de competências celebrados com as juntas de freguesia; os protocolos com as IPSS's; um conjunto de projetos que a câmara está a desenvolver em conjunto com CIRA e que tem a ver com as campanhas promocionais da Ria de Aveiro; o protocolo com o Turismo Centro de Portugal no âmbito da criação do Pólo da marca turística de Aveiro; o CIROA, que é o centro intermunicipal de recolha oficial de animais e que está a ser desenvolvido em conjunto porque o problema dos animais abandonados não existe só no concelho de Vagos e sim em toda a região de Aveiro. Estes projetos conjuntos que dão ao Município de Vagos escala e que permitem, depois, apresentar no âmbito do próximo quadro comunitário de apoios a possibilidade de fazer uma contratualização dos fundos comunitários que são fundamentais para este concelho, como são fundamentais para a região. Estes são, de facto, projetos que o município deve encarar e estar na linha da frente. Tudo isso tem sido feito e tem-se estado na linha da frente destes projetos intermunicipais que trazem escala e que permitem ao Município posicionar-se muito bem para o próximo quadro comunitário de apoios. Por outro lado, e para

finalizar, existe o plano plurianual de investimentos, e depois as grandes opções do plano juntam o plano de atividades e o plano plurianual de investimentos. O plano plurianual de investimentos reflete a estratégia do Município para os próximos anos. O senhor Presidente já havia referido que durante o ano de 2015 se possa ter uma definição clara daquilo que são os regulamentos, que o senhor Primeiro Ministro referiu que até ao final de 2015 iriam estar já à disposição das empresas, para a partir do segundo semestre de 2015 se possa começar a executar fundos comunitários, sendo certo que a história e a tradição diz que o primeiro ano raramente ultrapassa os 2 ou 3% de execução dos fundos comunitários. Contudo, é bom que nesse primeiro ano se consiga apresentar projetos candidatáveis que sejam enquadráveis com os regulamentos e que hoje não se pode cabimentar a despesa, porque não se sabe se vai haver financiamento para ela, mas deve cabimentar-se a obra e o projeto. Como tal, estão aqui incluídos uma série de projetos: na área da cultura; na área do desporto; na área da educação; na rede viária que se conjuga, também, com o desenvolvimento industrial; a ligação da Zona Industrial à A17 e à A25; as Infraestruturas da Parcela B do Parque Empresarial de Soza; na área do turismo, que vão incluir várias requalificações ambientais promovidas em todo o concelho para promover o turismo ambiental, o *birdwatching*, promoção do centro municipal de BTT, na Quinta do Ega assim como outros projetos previstos para este local sobretudo para que se criem as condições para usufruído pela população, uma vez que a obra está concluída; a criação de circuitos pedonais que vão ser criados do lado nascente de Soza até Santa Catarina, percorrendo todos aqueles trilhos fantásticos do vale do Boco. Enfim, a estratégia do executivo que sufragou ainda há um ano atrás junto do eleitorado está aqui espelhada e está bastante bem dirimida e esta a ser feito um trabalho conjunto, e que vai ser aberto a toda a população, com a Universidade de Aveiro, ou seja, não há a intenção de fechar, desde já, nenhuma perspetiva de nesse trabalho puderem haver contributos positivos para o plano plurianual de investimentos e para a candidatura aos investimentos do próximo quadro de apoio. Portanto, 2015 de certeza que não será o fim de nada e sim um ano de começo de uma estratégia de continuação do desenvolvimento do concelho de Vagos. Muito foi feito, muito está por fazer e de certeza que nunca se vai fazer tudo e atrás virá quem fará outras coisas que não foram feitas. Para terminar o senhor Presidente quis que ficasse claro que este trabalho só é possível porque o trabalho base foi feito nos doze anos de mandato do PSD onde foi permitido construir muita coisa que hoje não se conseguiria dar seguimento se esse trabalho não tivesse sido feito. Não há aqui, neste plano, nenhuma contrariedade àquilo que vinha de trás, pelo contrário, é uma continuidade desse trabalho que está a ser feito e que tão bons frutos têm dado quando o Município de Vagos, num ciclo económico desfavorável, consegue atrair investimento, atrair riqueza, criar postos de trabalho e estar, neste momento, com taxas de desemprego muito abaixo da média nacional. As condições têm de ser criadas para que as pessoas possam aproveitar depois do ponto de vista individual, porque não se deve fazer e sim criar condições para que as pessoas depois possam investir, serem empreendedoras e aproveitar aquilo que o município faz de bem envolvendo a população. Está a ser construído um concelho em conjunto e, por isso, é com muita satisfação que o senhor Presidente apresenta este orçamento para 2015, para preparar o ano 2015 mas não só porque o mandato tem mais dois anos e o executivo quer levar a cabo todos os compromissos que assumiu não esquecendo, obviamente, a contribuição da oposição e dos senhores presidentes de

junta de freguesia que são sempre chamados a colaborar apresentando ideias para a elaboração deste documento e na construção de um concelho de Vagos cada vez melhor. -----

----- O senhor deputado Mário Castelhana pediu e usou da palavra para tecer alguns comentários relativamente a este documento aqui apresentado. Assim sendo, e pegando nas palavras que o senhor Presidente que disse, quando estava a terminar esta exposição, de que muito está para fazer e isso é uma grande verdade. O senhor Mário Castelhana também pensa que haverá condições para 2015 muito mais favoráveis para investimento do que aquelas que são propostas por este plano ou por estas opções aqui apresentadas. Considera que este é um plano e orçamento que não são nada ambiciosos e a conjuntura é favorável para que o senhor Presidente a pudesse ter aproveitado melhor para Vagos. Tal não aconteceu e dá a sensação que este executivo chegou há pouco tempo ao poder e está com uma carta de intenções que depois para o ano é que vai ser, vai-se iniciar e depois é que tem projetos e obra para candidatar e que virá, finalmente o bem-estar para Vagos. Assim não entendeu o grupo municipal do CDS-PP e o senhor deputado pensava que encontrava nos pressupostos algo de importante, o que contraria logo o parece e o contributo do conselho municipal da juventude que tanto aqui foi defendido para o desenvolvimento que era necessário ouvir a juventude e afinal de contas retirando uma ação ou outra não se vê a sua inclusão no plano e orçamento. E o senhor Mário Castelhana lembrou que na altura votou contra a constituição do conselho municipal da juventude precisamente porque nunca lhe viu grande benefício para o concelho. Este plano e orçamento são, efetivamente, o resultado das opções do executivo e aquilo que se vê aqui, atendendo ao chamado enquadramento macro económico, que não vai além de uma generalidade, é um justificar de ausência de obra limitando-se a registar praticamente só as condicionantes fundamentais, e a explicar porque é que se fez isto e porque é que se fez aquilo sempre com a intenção de diminuir o endividamento total adequando o mesmo à realidade. Pela evolução que apresentou consegue-se começar a perceber porque é que os planos e orçamentos caíram abruptamente da casa dos vinte e cinco milhões para os dezassete milhões e já se começa a ver que afinal de contas a realidade e austeridade e, talvez, o rigor, a transparência e a verdade começam a pôr isto no sítio. Relativamente à receita esta destaca-se pelo seguinte: o aumento dos impostos indiretos, fruto do aumento previsional da receita do IMI, em cerca de quinhentos mil euros, e provavelmente esta rubrica estará prejudicada por subavaliação; aumento das transferências correntes em mais trezentos e setenta mil, reflexo do ligeiro aumento do FEF, do FUM e do IRS, entre outros. Relativamente à despesa verifica-se que continua a não haver obra e isso é preocupante. Não se sabe porquê nem para quê, porque sobe a despesa com o pessoal quando não há obra e isso não se percebe porquê. O senhor presidente deu umas justificações de que tinha a ver com o aumento do ordenado mínimo nacional, que foi de vinte euros, e com algumas negociações para desafetação de recursos, mas continuam a haver contratações. Nas transferências correntes há um aumento que se reflete sobretudo na transferência para as juntas de freguesia mas que o CDS considera insuficientes, porque as competências que lhe foram delegadas, provavelmente feito por acordo de cavalheiros, não serão suficientes estas transferências tendo em conta as competências e a satisfação das necessidades prementes das populações que este poder de proximidade tem. O senhor deputado referiu que o senhor presidente falou numa penalização das transferências e o Município de Vagos vai ser um dos lesados o

que afetará o apoio municipal na ordem dos cento e oito mil euros. Este fundo que foi criado pelo Governo e pelas autarquias é, precisamente, para *“premiar aquelas autarquias gastadoras que andaram aí a desbaratar o dinheiro, as contribuições e impostos de uma população e agora pagamos todos, porque se o senhor presidente também tivesse, como tem, ou supomos que tem, controlada a dívida do endividamento municipal. Estes cento e oito mil euros investidos era muito dinheiro e, portanto, tinham algum reflexo positivo no bem-estar dos munícipes, mas são opções”*. As considerantes que aqui aparecem passam mais pelo plano plurianual com referências ao quadro comunitário Portugal 2020 e já foram referenciados alguns projetos que o executivo irá candidatar mas o que está em causa aqui é o plano e orçamento de 2015. O que parece é que se continua num processo de intenções e o senhor presidente referiu, e muito bem, que se continua a acalentar grande esperança em grandes projetos no turismo e no investimento reprodutivo que o Portugal 2020 irá trazer. Relativamente a esta questão o senhor deputado realçou de positivo o esforço para pagar a dívida municipal, sem dúvida nenhuma, mas que não continue a ser feito só às custas da carga fiscal. Como este plano e orçamento não contempla qualquer obra que o CDS considera de maior relevância para o desenvolvimento e bem-estar do concelho de Vagos, tais como, a circular a Vagos, a requalificação do centro da vila, porque a vila continua desprezada, a estrada que liga Vagos à Vagueira em formato de via rápida, e existe o projeto feito pelo seu antecessor, a requalificação da estrada dos Cardais, que está num estado lastimável, a ligação da ZIV ao Porto de Aveiro, a A25 que também continua com um processo de alimentar um processo de intenção, o CDS vai votar contra. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Filipe Mendonça Ramos e referiu que o orçamento não tem grande discussão, uma vez que as regras são muitas e as verbas são curtas e não há grandes opções políticas que se possam discutir. Entretanto, há uma posição que o senhor deputado gostaria de salientar e de defender. Como se sabe o senhor Filipe Ramos aprovou o último orçamento e votou contra a revisão orçamental que foi apresentada porque é contra a qualquer redução das verbas dentro das funções sociais que a câmara deve assumir. Ainda bem que não há grande obra para inscrever porque o senhor deputado sabe bem que não podiam ser cumpridas e detesta que inscrevam obras que depois não há pretensão de as cumprir. Portanto, este é um orçamento que é uma continuação do último, não há muito para onde fugir e como referiu as regras são muitas e as verbas são curtas. O senhor deputado solicitou ao senhor presidente o reforço em duas coisas: que cumpra a vontade de regularizar as dívidas com as IPSS's, uma vertente muito importante nesta altura para o dia a dia destas instituições; o melhoramento dos serviços da câmara para poderem dar muito melhor serviço ao Município, porque considera que este é muito prejudicado por alguns problemas que existem nos serviços camarários. O senhor deputado vai aprovar este orçamento para dar um pouco de coragem política para que possa levar em frente pelo menos estas duas áreas. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado Juan Carlos Martins e começou por agradecer a intervenção do senhor deputado Filipe Mendonça Ramos porque achava que tinha um documento diferente daquilo que tem o senhor deputado Mário Castelhana. O senhor Juan Carlos não consegue ver no documento o que foi referido pelo senhor Mário Castelhana e não acredita que a maior parte dos deputados do CDS se revejam naquela intervenção. Ao ouvir coisas deste género o senhor deputado

chega a pensar que está noutro mundo e quis deixar três reparos à intervenção do senhor deputado do CDS. Em todas as intervenções que faz lança suspeições constantes sobre tudo e sobre todas pessoas. Por exemplo, na redução da dívida não é uma intenção a redução da dívida, está escrita. Quando se fala em estratégia, e nestes últimos dias o senhor Juan Carlos chegou a ir ver o que é que queria dizer a palavra estratégia pois ficou com dúvidas, ouve-se o vereador do PS a dizer que a câmara tem estratégia e, depois, ouve-se a vereadora do CDS a dizer que a câmara não tem estratégia. Claro, são opiniões e a opinião do senhor deputado e do grupo municipal do PSD é que a construção deste orçamento, e ainda bem que é em linha daquilo que o senhor presidente prometeu às pessoas do concelho de Vagos, é o reflexo da opinião deste executivo e mau era se não fosse assim. Ainda na questão da estratégia ficam dúvidas quando se está a trabalhar num plano estratégico com o Município de Vagos e com a Universidade de Aveiro porque se reconhece que é necessário uma estratégia a longo prazo, quando se segue uma estratégia da comunidade intermunicipal, quando há um nível de estratégia, neste orçamento, que reflete as opções do QREN que estão definidas, não se pode candidatar obras àquilo que não existe. O senhor Primeiro Ministro disse isto na segunda-feira quando cá esteve. Este plano reflete, na opinião do grupo municipal do PSD, exatamente as promessas que este executivo e o PSD fizeram à população que lhe deu a maioria que tem. O senhor presidente falou aqui das prioridades, e o senhor deputado Filipe Ramos falou e muito bem, porque o dinheiro não dá para tudo e é necessário estabelecê-las e realçou o eixo de ligação da ZIV à Zona Industrial da Mota e à A25. Para terminar referiu mais duas situações, ou seja, é com agrado que afirma que já participou na incubadora de empresas e que está aqui refletida e a questão da eficiência energética no concelho de Vagos com o compromisso que o senhor presidente assumiu. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para esclarecer as questões levantadas pelos senhores deputados. Assim começou por dizer que sabia, perfeitamente, que o senhor deputado Mário Castelhana não acredita nele nem no executivo que lidera, as evidências são notórias, pois o senhor deixou o PSD para ir para outro partido. Portanto, isso não é novidade e sobre esse ponto de vista o senhor deputado não transmitiu, aqui, nenhuma novidade, ou seja o senhor era militante do PSD candidatou-se nas listas do CDS porque não concordava com as ideias deste executivo. Os munícipes deram uma vitória ao PSD, por larga maioria, e uma derrota, principalmente, àqueles que trocaram o PSD por outro partido. Não tendo conhecimento se o senhor Mário Castelhana já é, ou não, militante do CDS não quis deixar de ler um excerto de uma entrevista dada pelo Presidente da Distrital do CDS, que é Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-A-Velha, onde lhe perguntam se ele reduziu os custos e ele diz : *“Sim, mas também tendo em consideração que neste primeiros dois anos atendendo ao fim do quadro comunitário de apoio e ao arranque de um novo é difícil fazer grandes investimentos. Como tal, a nossa opção passou por diminuir a dívida.”* Se o senhor deputado não é militante do CDS devia ouvir o Presidente Loureiro que é um bom Presidente de Câmara. Mas, sobre a estratégia o grupo municipal do CDS foi, como todos os outros foram, consultado e não apresentou nenhuma propostas, nem uma sequer. A única contribuição do CDS veio da senhora Presidente e Vereadora Maria do Céu Marques que enviou, fora de prazo, mas enviou, no dia 07 de outubro um conjunto de propostas que o senhor presidente passou a ler: *“1º Participação variável no IRS - propomos que em 2015 o Município abdique*

de 2,5% a favor dos munícipes; 2º Ligação da ZIV à A25 - que a Câmara Municipal avance com o projeto desde a ZIV até ao limite do concelho enquanto a submete a uma candidatura QREER 20/20 no âmbito da CIRA - e é isto que está no orçamento, isto é, avançar com o projeto e candidatar a obra, portanto, foi de encontro daquilo que o CDS referiu; 3º Rota das fontes, que por acaso é uma competência das juntas de freguesia de acordo com o artigo 16º da lei 75/2013. Alínea cc) que diz conservar e reparar os chafarizes e fontanários públicos; 4º Por forma a promover a utilização do estacionamento de anfiteatro substituir a escadaria norte por duas passadeira e escadas rolantes de última geração - esta obra seria em substituição da alteração pretendida no Largo do Município, pois nós não queremos que estas fontes cá continuem porque sempre fomos contra elas, aliás, o senhor também foi contra elas; 5º Construção de um parque para a prática de skate.” Estes são os cinco contributos do CDS-PP para este orçamento e destes cinco foram introduzidos alguns que já eram ideia do executivo. Agora, o que aborrece realmente o senhor Presidente é quando o senhor deputado Mário Castelhana continua a insistir em inverdades, ou seja, não é verdade que o aumento do IMI dependa da Câmara Municipal e sim da reavaliação dos imóveis que foi promovida pelo Governo e pela Administração Central. Obviamente que o Município beneficia com esse aumento de IMI, pois se é uma receita municipal. Depois, referiu que os orçamentos caíram brutalmente vinte e quatro milhões para dezassete milhões e isto aconteceu por ter havido uma diminuição da dívida que transita de um ano para o outro porque em 2013 a Câmara recorreu ao PAEL e foram executados mais fundos comunitários que desde 1993 a 2001, só num ano. Portanto, isto permitiu abater muita da dívida que transita. Por outro lado, e como o senhor deputado Filipe Mendonça Ramos disse, e muito bem, a Câmara é obrigada a cumprir a lei dos compromissos e pagamentos em atraso, porque se assim não fosse os orçamentos até podiam ser de cinquenta milhões de euros que nunca se conseguiria realizar a obra uma vez que não havia fundos disponíveis para tal. Além disso, há que cumprir com a lei das finanças locais e tem de ser executado para o ano mais que 85% deste orçamento. Sobre a questão do FAM, ou seja, era o que mais faltava estar a responsabilizar a Câmara Municipal por uma coisa que é obrigada. Isto são unidades de participação, está lá refletido no orçamento remuneradas, pouco é certo, à taxa de juro da República de 0,5% que é precisamente aquilo que os Municípios que vão recorrer ao FAM vão pagar. Agora é óbvio que o senhor presidente também não concorda que os Municípios que fizeram um esforço e que sempre se portaram bem sejam obrigados a contribuir para outros que gastaram muito. Ao senhor Presidente custa-lhe, por exemplo, que um dos Municípios que em princípio irá aderir ao FAM seja o de Gaia onde, ainda recentemente, leu que vai fazer imensas despesas. Isto não faz nenhum sentido, ou seja, não faz sentido que haja um Município que está em más condições financeiras e que o Presidente da Câmara vá para a televisão dizer que vai pagar um seguro de saúde a todos os munícipes, assim com não faz sentido que o Concelho de Portimão, que está com a “corda na garganta” , é o pior em termos financeiros no país, faça uma campanha junto das farmácias para pagar os medicamentos às pessoas que não tenham, eventualmente, dinheiro para o efeito. Esta não é uma competência do Município e sim do Estado. Para além disso, no que respeita à contratação de pessoal a autarquia diminuiu mais de três dezenas de funcionários desde 2010 até hoje, numa altura em que há carência absoluta de funcionários em alguns departamentos e o senhor deputado vem acusar o executivo de continuar a contratar pessoal. O

aumento nas despesas com pessoal é de cento e qualquer coisa mil euros, oitenta mil, como já explicou, vêm de uma rubrica onde estão incluídos os acordos de rescisão com os funcionários que o queiram fazer, e tem de haver uma verba disponível para o efeito, e vêm dos 20% dos cortes feitos em salários que têm de ser devolvidos. O senhor presidente havia referido que existiam três razões para este aumento, todas com peso diferente, e claro está que não é por força do aumento de vinte euros no salário mínimo mas também é. Quanto à transferência de competências o senhor deputado aprovou-a aqui, como é que pode dizer que não se pronunciou à cerca dela e que não a viu, ela foi discutida aqui nesta assembleia municipal. A questão de ausência de obra, essa é outra, ou seja, há um ano atrás, em campanha eleitoral, o senhor deputado dizia que o executivo de Dr. Rui Cruz não tinha feito obra, era uma vergonha, quatro anos passaram e não há obra nenhuma no Concelho de Vagos. Este executivo diz que está a acabar esta e aquela obra e o senhor acusa-o de andar a querer fazer propaganda com as obras do Dr. Rui Cruz. Afinal, quando é que estavam a mentir? Agora ou antes? É este executivo que não faz obra ou era o Dr. Rui Cruz que não fazia obra? Alguns das teorias não bate certo. Quanto às opções estas são de facto as opções deste executivo e foram aquelas que foram votadas maioritariamente pelos vaguenses, mas não deixa de pedir e de incluir contributos importantes, nomeadamente um, que este executivo partilha com o Partido Socialista, com muito orgulho, que é a questão do Conselho Municipal da Juventude. Não houve parecer, porque a reunião foi posterior, mas irá haver e uma coisa é certa o executivo saberá trabalhar bem neste concelho sem dúvidas e tudo fará para que haja reflexos desse bom trabalho que vai ser realizado. Agora, há apostas na juventude é ver no plano de atividade municipal quais são porque elas estão lá descritas. Quanto à intervenção do senhor deputado Filipe Mendonça Ramos e a questão da regularização das dívidas às IPSS's o executivo continua empenhadíssimo nesse esforço, que obviamente é muito grande do ponto de vista financeiro, mas que é importantíssimo para as IPSS's e para aqueles que são mais necessitados. Relativamente aos serviços da câmara municipal estão a ser promovidas algumas alterações para ir ao encontro de uma resposta mais célere. Ainda ontem se deslocou um grupo de funcionários a uma autarquia, que não é do PSD, que é a autarquia de Águeda onde se esteve a ver muitas das coisas que eles lá fizeram que trouxeram, também, imensos problemas e que não funcionaram bem à primeira mas eles insistiram e ao fim de oito anos têm um grande trabalho da área da modernização administrativa e da facilitação de projetos. Águeda é uma cidade inteligente e fez várias candidaturas nesse âmbito, tem mecanismos e ferramentas para o poder fazer e fê-lo muito bem. Quanto à questão da redução da dívida, colocada pelo senhor deputado Juan Carlos, pois ela é efetiva é uma realidade embora ainda não se esteja no patamar que se gostaria de estar, porque também é importante que o Município faça projetos mas que tenha estofo financeiro para quando abrirem as candidaturas se poderem candidatar e poder, uma vez que as obras não são financiadas a 100%, contar com a sua comparticipação. Por ausência de regulamentos o senhor Presidente não sabe de quanto vai ser a comparticipação portanto, como é que se poderá saber aquilo que se vai receber destas obras. No ano passado, por esta altura, o senhor Presidente foi criticado pela oposição de colocar no orçamento a venda de terrenos e colocou-se com razões efetivas para o fazer agora, não se podia nem se servia de nada empolar este orçamento se depois não se podia executar. Agora, fica garantida uma coisa, ou seja, se a meio do ano houver outro

tipo de informações e houver outro tipo de possibilidades o senhor Presidente não tem problema nenhum em trazer a esta Assembleia Municipal um orçamento rectificativo que passe de dezassete para vinte milhões de euros. Ficará satisfeítíssimo se tiver de o fazer, porque é sinal que existe receita, é assim quer deve ser feito um orçamento, ou seja, ver a receita que há e essa é fácil de calcular por ter de se cumprir os limites da lei, e depois, com a receita que se tem, calcular a despesa. Foi isto que foi feito com um grande investimento numa coisa que não vai ser financiada, como os alcatroamentos de estrada, e vai aproveitar-se o ano de 2015 para fazer esse tipo de intervenções e posteriormente mantendo aquilo que há. Não haverá no futuro necessidade de fazer um investimento tão grande nesta componente específica do alcatroamento e da beneficiação de arruamentos. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta pediu para usar da palavra e começou por referir que foi mau grado não ter pedido para usar da palavra logo no início mas razões supervenientes justificam que o faça agora e tem a ver com a réplica do senhor Presidente da Câmara feita ao senhor deputado Mário Castelhana. Uma primeira questão, o senhor Presidente fez um elogio, merecido, relativamente às propostas feitas pela senhora Vereadora Maria do Céu Marques para eventualmente incluir no orçamento mas não referiu as propostas feitas pelo Partido Socialista e quais as que foram consideradas na elaboração deste documento. É importante essa referência para esta Assembleia Municipal e o público em geral ter conhecimento. Não foi o senhor Mário Tarenta que apresentou as propostas mas foi alguém da estrutura do PS, uma vez que este partido também trabalha e também pretende colaborar no desenvolvimento deste Concelho. Uma segunda, e última questão, prende-se com a dotação orçamental, ou seja, qual a dotação orçamental destinada para arruamentos e estradas no orçamento de 2013 para o ano de 2014 e a dotação orçamental no orçamento aprovado em 2014 para o ano de 2015? O senhor deputado ficou com a sensação que ficou com um saldo significativo. E porquê em 2015? É a pergunta que fica. Até porque estas não são obras financiadas, como o senhor Presidente referiu. Não é que não sejam necessárias estas obras, todos sabem que sim, e seria um contrassenso estar a pôr em causa este esforço da Câmara, mas tem a ver com quê? Com critérios de oportunidade? -----

----- Seguidamente voltou a usar da palavra o senhor deputado Mário Castelhana e referiu que não vai entrar em pormenores político-partidários. Relativamente às apreciações e às avaliações uma coisa são previsões e, nesta Assembleia, o PSD sempre recusou e sempre boicotou qualquer caminho para acertos ou para discussões no que quer que fosse. Sempre teve uma posição querendo calar a voz do CDS-PP, nesta Assembleia, e este grupo municipal não alimenta isto e recordou aquela proposta que foi feita pelo senhor Presidente da Mesa, com receio que aparecesse alguma fora do tempo, para a representação desta Assembleia na CIRA. Como o senhor deputado gosta de apreciar os resultados o senhor Presidente fez aqui uma apologia de tanta obra que não está minimamente interessado em trazer à discussão. Mas já que o senhor o trouxe, e para o deixar a refletir um pouco, é bom lembrar que com orçamentos e planos da ordem dos vinte e quatro vinte e cinco milhões de euros, como aqui foram apresentados, e o senhor Mário Castelhana nessa altura não estava cá, estar-se-á a falar de duzentos e oitenta e oito a trezentos milhões de euros, de plano e orçamento. Quais são as obras que existem no Concelho para justificar este dinheiro? Provavelmente isto pode vir a despoletar outros processos, relativamente a isso, e gostaria de apurar essa verdade toda e convidar o senhor Presidente a trazê-los

aqui para ficarem todos mais esclarecidos em relação a todo esse elencar de obra. Mas não é só isso que está em causa, abriu este precedente porque foi o senhor Presidente que falou nele, e só pretende dizer uma coisa, e com isso termina, este orçamento e plano são, como já foi referido, são as opções deste executivo e o senhor deputado não é obrigado a concordar com este documento embora, claro está, respeite. -----

----- O senhor Presidente da Câmara retomou a palavra para esclarecer as questões do senhor deputado Mário Tarenta. Relativamente à dotação orçamental, o valor de 2014 não tem presente, mas pode assegurar que será substancialmente maior que o de 2015, nomeadamente porque foram criadas duas rubricas, por freguesia, para beneficiação de arruamentos, sendo uma para administração direta e outra para adjudicações, ou seja, para obras por empreitada. Depois existe um valor de duzentos mil euros que será uma empreitada que se pretende lançar para fazer reparações, ou seja, quando houver uma necessidade de se poder chamar o empreiteiro, isto, quase como se fosse um fornecimento contínuo. Depois há um valor de cinquenta mil euros para pintura de vias, porque uma das coisas que se reparou, nomeadamente na freguesia de Calvão, é que algumas das vias estão em bom estado de conservação mas não têm pintura e, portanto, torna-se difícil a circulação nas mesmas. No ano passado, ou durante o presente ano de 2014, houve também alguns alcatroamentos e foi pavimentada, por exemplo, a zona circundante ao Estádio Municipal, que foi uma obra com um valor relativamente elevado, cerca de duzentos e cinquenta mil euros, e está a ser pavimentado, agora, aquele pedaço do Boco à Quintã, estrada municipal 595, por uma questão de prioridades. Aquela obra era prioritária, o senhor presidente da junta está aqui e pode confirmá-lo, e quem frequentava mais aquela estrada sabe que em tempos de chuva ficava intransitável e aconteciam ali dezenas de acidentes, felizmente sem vítimas mortais. Para 2015, a lógica é só se começar com obras financiadas pelos fundos comunitários quando se tiver a garantia do financiamento. Enquanto não se tiver há dois caminhos sendo que um é que 2015 é um ano para fazer projetos e para poupar, para quando entrarem em vigor os fundos comunitários possa haver uma almofada financeira que faça face a esse quadro comunitário de apoio, porque não tinha lógica nenhuma entrar em execução de obra em obras potencialmente financiadas, seria um desperdício, ou seja, quando abrissem o quadro já se tinha avançado com a obra e não se iria receber nada. Quando chega ao fim dos quadros, que é onde o município está agora, abrem candidaturas em *Overbooking* e essas até são especialmente para obras que já estão realizadas para executar financeiramente os fundos comunitários para ir buscar o dinheiro, porque o Estado português funciona assim: quando começa as regras são extremamente apertadas e duras, os montantes dos cofinanciamentos são baixos, na ordem dos 55%, e depois vão-se conseguindo deles na ordem dos 85%, 90% e até 100% como é o caso da obra da Vagueira que é financiada a 100% pelo POVT. Por isso é que num ano onde não se pode apresentar candidaturas deve-se levar a cabo as intervenções que sejam necessárias, tendo sempre em conta a necessidade e a prioridade, e por outro lado que não tenham financiamento porque esse não vai ser um critério relevante no lançamento dessa empreitada, daí não haver nenhum problema em colocar estas obras em 2015 porque, de facto, são uma prioridade. Como se sabe os orçamentos, e as contas que o senhor deputado Mário Castelhana fez são, mais uma vez, contas enviesadas, não significam execução, isto é, ter um orçamento de vinte e quatro milhões de

euros e executar 50% significa que a despesa efetivada foi de doze milhões de euros. O senhor Presidente referiu que as obras concluídas em 2014, obviamente, não foi mérito deste executivo, porque muitas delas já vinham de outros executivos, mas esses executivos era do PSD onde ele por acaso até lá estava, e com muito orgulho. Assim sendo, são elas: Centro Escolar da Boa Hora, cerca de 3,5 milhões de euros de obra; Centro Escolar de Fonte de Angeão, cerca de 3,3 milhões de euros de obra: obras cofinanciadas e feitas em conjunto com a POLIS, requalificação da Quinta do Ega, circuito ciclável e pedonal entre a Vagueira e a Costa Nova, alcatroamento da zona envolvente do Estádio Municipal. Neste momento, estão a decorrer uma série de obras e, portanto, se o senhor deputado não vê obras é porque deve andar mais por outros Concelhos e depois não vê o que se faz no de Vagos. Uma coisa importante, e que não são obras, é a possibilidade de investimentos no Concelho de Vagos, possibilidades reais, e o senhor presidente admira-se que o senhor Mário Castelhana nunca fale das empresas que criam postos de trabalho, como a Riablades, que vai criar quatrocentos postos de trabalho. Se esta empresa não estivesse instalada no Concelho de Vagos estaria noutro lado a criar estes postos de trabalho e o senhor Presidente admira-se como é que não reconhecem coisa que não é material, não há obra mas há desenvolvimento, há progresso, há investimento, há riqueza e há postos de trabalho, e tudo isto no Concelho de Vagos. O senhor deputado Mário Castelhana que ainda há pouco tempo, numa das sessões da Assembleia municipal, disse que só se falava do Concelho de Vagos por motivos maus devia, agora, ficar satisfeito por se começar a falar de Vagos por bons motivos, embora o senhor Presidente entenda que isso lhe faz alguma confusão. Relativamente às propostas apresentadas pelo PS, para a elaboração deste orçamento, no dia 01 de outubro de 2014, começou por referir o enquadramento histórico e financeiro dos últimos anos e a demonstração de resultados previsionais. O executivo elaborou um documento bastante claro relativamente a uma análise previsual dos próximos catorze anos, quando se aderiu ao PAEL, e é uma das ferramentas de verificação do resultado do estado da arte na Câmara Municipal que tem de trimestralmente reportar o cumprimento desse plano de ajustamento ao PAEL. Por isso é que quando o senhor Presidente diz aqui que num ou noutro caso tem de ser respeitado o plano de ajustamento é porque tem mesmo de ser respeitado e o executivo faz reportes trimestrais que são verificados pela Direção Geral das Autarquias Locais do cumprimento ou não das obrigações. Neste momento, há um desvio relativamente ao plano apresentado, de cerca de 1,4 milhões de euros, sobretudo por força da não venda dos terrenos do Plano Pormenor da Gafanha da Boa Hora. Essa era umas das medidas que o executivo tentou efetivar que não se conseguiu efetivar porque não se conseguiu comprador e isso faz com que haja uma diferença de cumprimento desse plano de 1,4 milhões de euros. É certo que o executivo conta melhorar a performance a diminuir este diferencial trimestre após trimestre. Depois há uma dotação de cinco mil euros para um orçamento participativo o que o senhor presidente considera pouco, porque um orçamento participativo ou tem um valor que valha a pena ou, então, não adianta incluir. Outro contributo foi o apoio à realização de uma semana dedicada à juventude ou de um fim-de-semana jovem com atividades. O executivo não tem este molde da semana da juventude mas como se pode ver no plano de atividades municipal há uma série de atividades viradas para um público mais jovem. No próximo ano uma das questões abordadas na primeira reunião do Conselho Municipal de Juventude é tentar

estruturar estas atividades de uma forma melhorada, tentando articular com esta entidade, e obviamente promove-las em conjunto. Entretanto, referem um montante destinado à encomenda de um estudo a entidade idónea para complementar com consulta pública aos vaguenses sobre uma instituição de um plano estratégico para o turismo. A autarquia tem, neste momento, um plano estratégico do Município que não é exatamente isto mas está muito em cima da mesa a discussão e o senhor Vereadora Mário Martins defendeu muito bem esta posição. Entretanto, está a decorrer do lado da Turismo Centro de Portugal a definição de um plano estratégico para toda a região centro de Portugal e até ao fim do ano haverá a definição das operações que se vão levar a cabo para a concretização do plano estratégico. E, depois, cabe, sobretudo, às regiões, enquanto região, fazer aquilo que está previsto no plano de atividades municipal onde está prevista uma verba para a implementação do plano da marca da região de Aveiro que é precisamente para conciliar com o plano estratégico da Turismo Centro de Portugal. Por último, o PS referiu, também, a constituição de um apoio a um Centro de Apoio ao Investimento e ao Empreendedorismo que está previsto no plano com a instalação da Incubadora de Empresas da Região de Aveiro. E estas foram as propostas do PS. -----

----- O senhor presidente da mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com 6 (seis) votos contra, do grupo municipal do CDS-PP, três abstenções, do grupo municipal do PS, 17 (dezasete) votos a favor do grupo municipal do PSD e 1 (um) voto a favor, do senhor deputado independente Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos. No momento da votação o senhor Arlindo Neves, presidente da junta de freguesia da Gafanha da Boa Hora, já não se encontrava na sala. O senhor Mário Castelhana pediu para apresentar, de forma verbal, e em nome do grupo municipal do CDS-P, uma declaração de voto: *“O CDS-PP votou contra este plano e orçamento para 2015, fundamentalmente, porque este plano e orçamento não contempla nenhuma das seguintes obras por nós consideradas relevantes para o nosso desenvolvimento e bem-estar, tais como a circular à vila de Vagos, requalificação do centro da vila ou qualquer rua da vila, a estrada em formato de via rápida Vagos-Vagueira, existe o projeto feito pelo executivo antecessor, a requalificação da estrada dos Cardais, a ligação da ZIV Porto de Aveiro A25. Tenho dito.”* -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 19 de novembro de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

-----PONTO QUATRO – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO. -----

----- Apresentou o ponto o senhor presidente da câmara e referiu que tal e qual como se trouxe na última reunião do ano passado existe um pressuposto que prevê uma autorização por parte da Assembleia Municipal para a assunção destes compromissos que estão previstos com essa alínea da lei. O compromisso da Câmara Municipal, e a obrigação, é dar conhecimento de todos os procedimentos que são feitos ao abrigo deste procedimento genérico. Na informação financeira está incluído um conjunto de compromissos que foram assumidos de acordo com essa autorização genérica que os senhores deputados deram e agora vem aqui para vosso conhecimento. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Mário Castelhana e disse que esteve a ver a relação dos compromissos plurianuais e há aqui coisas que gostaria de ver melhoradas. Não se compreende que haja aqui pagamentos plurianuais na ordem das centenas de euros a doze meses. O senhor deputado entende que isto podia ser melhorado, ou seja, o executivo devia estabelecer um custo ou um montante mínimo para não aparecer aqui na nesta lista valores irrisórios como estes. Entretanto, referiu que o CDS vai votar favoravelmente este ponto. -----

----- O senhor Presidente da Câmara explicou que estes procedimentos decorrem da lei e se a Assembleia Municipal não aprovasse essa autorização genérica a câmara municipal tinha de trazer aqui esses valores irrisórios para os senhores deputados aprovarem. A câmara só o pode fazer porque tem a autorização da Assembleia Municipal, é assim que lei diz e é assim que se tem de fazer. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta pediu para usar da palavra e referiu que lhe pareceu que o senhor Presidente da Câmara disse que a lei dos compromissos obrigava a comunicar os compromissos assumidos. -----

----- O senhor Presidente referiu que sim e esclareceu que só não acontece se no plano plurianual estiver prevista essa despesa e deu como exemplo a obra de Requalificação da Praia da Vagueira. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta retomou a palavra e referiu que obriga de alguma forma a vir cá antes ou depois e isso não é uma questão de alterar a lei e sim de interpretação da lei e perguntou se esta lei dos compromissos não obriga também a Câmara Municipal a cativar o valor dos procedimentos, de aquisições e concursos que lança para garantir que depois tem dinheiro para pagar, evitando acumulação de dívidas que pode levar muitas Câmara à falência. Será que um dos objetivos da lei dos compromissos não é apenas comunicar mas também obrigar a cativar? Perguntou. -----

----- O senhor Presidente respondeu que foi por isso que referiu que não vale a pena fazer orçamentos de cinquenta milhões. Neste momento, a lei dos compromissos e pagamentos em atraso não deixa cabimentar qualquer despesa que não tenha fundos disponíveis associados que são calculados numa base trimestral, ou seja, nos noventa dias seguintes vai-se verificar o que se recebe. Quando há pagamentos em atraso não se pode contabilizar os três meses do período homólogo do ano passado, porque só se pode contabilizar 75%. Portanto, isto também condiciona os fundo disponíveis mês a mês, mas é calculado mensalmente numa base trimestral. Por exemplo, dia um, segunda-feira, os serviços calculam os fundos disponíveis e todas as adjudicações quer sejam plurianuais ou não têm que ter fundos disponíveis para que haja a consequente adjudicação. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor presidente da mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- Encerrado o período da ordem de trabalhos, o senhor presidente da assembleia municipal abriu a reunião à intervenção do público. -----

----- Do público interveio o senhor Mário Tarenta, que entretanto pediu autorização para usar da palavra como público, para elogiar a Feira Mensal dos Moinhos que se realiza no dia 25 de cada mês. Segundo o senhor deputado esta feira reúne condições para ser, talvez, assim haja vontade e empenho, a melhor do concelho de Vagos até pela localização, dando alguma vida a um lugar que infelizmente estava a ficar

moribundo. Com estas palavras quis deixar aqui um elogio muito merecido a quem instituiu a Feira dos Moinhos em São Romão. -----

----- Não havendo mais público a intervir o senhor presidente da assembleia deu a palavra ao segundo secretário para a leitura da minuta da ata. -----

----- De imediato o segundo secretário, senhor Victor Fernando Santo Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal submeteu a minuta da ata a votação tendo sido **aprovada, por unanimidade.** -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e duas horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo presidente da mesa. -----

----- **O presidente,** _____